

# O Pequeno Livro do REDD+

Um guia de propostas  
governamentais e não-  
governamentais para  
a redução de emissões  
por desmatamento  
e degradação

O Global Canopy Programme é uma aliança entre 37 instituições científicas em 19 países, que lidera a pesquisa, a educação e a conservação das copas florestais em todo o mundo. Atualmente, nossos três principais programas – em ciência, políticas e finanças – visam definir e explorar o alcance e o valor econômico dos serviços prestados pelos ecossistemas florestais e compartilhar nossas descobertas com os tomadores de decisões na esfera governamental e financeira.

[www.globalcanopy.org](http://www.globalcanopy.org)

Autores: Charlie Parker, Andrew Mitchell,  
Mandar Trivedi e Niki Mardas

Favor citar essa publicação como: Parker, C., Mitchell, A.,  
Trivedi, M., Mardas, N. The Little REDD+ Book (2009)

Para maiores informações, favor entrar em contato com:  
c.parker@globalcanopy.org

Agradecemos as contribuições ao texto recebidas de:  
Anna Creed (TCG), Katia Karousakis (OECD), Doug Boucher (UCS), Diana Movius (UCS), Carolyn Davidson (UCS),  
Ralph Ashton (TCG), Bronson Griscom (TNC), David Shoch (TerraCarbon), Bill Stanley (TNC), Rane Cortez (TNC), Saskia Ozinga (FERN), Emily Brickell (WWF) and David Edwards (PRP).

© Global Canopy Foundation 2009

Esta é a segunda edição do Pequeno Livro Vermelho do REDD.  
Primeira edição: novembro de 2008

Traduzido para o português pela The Nature Conservancy  
do Brasil.

Publicada por:  
Global Canopy Programme  
John Krebs Field Station  
Oxford OX2 8QJ  
UK

Layout da edição em língua inglesa:  
Company  
[www.company-london.com](http://www.company-london.com)

## LISTA DE PROPOSTAS

### Propostas Governamentais

<b>País</b>	<b>Data da proposta</b>	<b>Página</b>
Aliança dos Pequenos Países Insulares (AOSIS)	Dez 2008	36
Austrália	Mar 2009	37
Brasil	Fev 2007	38
Canadá	Abr 2008	39
Coalizão de Países Detentores de Florestas Tropicais (CfRN)	Mar 2009	40
China	Set 08	41
Colômbia	Abr 2009	42
Comissão de Florestas da África Central (COMIFAC)	Mar 2008	43
União Européia (UE)	Jun 2008	44
Índia	Dez 2008	45
Indonésia	Dez 2008	46
Japão	Ago 2008	47
Malásia	Fev 2007	48
México	Ago 2008	49
Nova Zelândia	Mai 2009	50
Noruega	Set 2007	51
Panamá	Abr 2009	52
Tuvalu	Nov 2007	53
Estados Unidos da América	Mar 2008	54

### Propostas não-governamentais

<b>Organização</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Data da proposta</b>	<b>Página</b>
CATIE*	Abordagem Aninhada	Mai 2009	58
CCAP	Abordagem de Mercados Duplos	Ago 2007	59
CSERGE	Incentivos Combinados	Jan 2008	60
EDF & IPAM & ISA	Reduções Compensadas	Dez 2006	61
Greenpeace*	TDERM/Florestas para o Clima	Dez 2007	62
HSI*	Abordagem de Estoques de Carbono	Abr 2009	63
IDDRI & CERDI	Esforços Compensados Bem-sucedidos	Jun 2008	64
IIASA*	Evitação de Ar Quente REDD	Abr 2008	65
Joanneum Research	Abordagem de Corredor	Fev 2007	66
JRC	Contabilidade de Incentivos	Mar 2006	67
TCG	Carbono Terrestre	Jul 2008	68
TNC*	Incentivos Integrados	Mai 2009	69
WHRC*	Abordagem Estoque-Fluxo com metas	Abr 2009	70

O Little REDD Book agora está disponível em Francês, Espanhol, Português e Bahasa Indonésio. O Global Canopy Programme gostaria de agradecer às seguintes organizações por sua colaboração de traduzir a segunda edição do Pequeno Livro Vermelho do REDD:



[www.acca.org.pe](http://www.acca.org.pe)



[www.orangutans-sos.org/](http://www.orangutans-sos.org/)



Proteger a natureza é preservar a vida

[www.nature.org/](http://www.nature.org/)

### **Agradecimentos:**

Desejamos agradecer de modo especial a Lorde James Russell e Lorde Robin Russell e ao Benindi Fund por tornarem este livro possível. Os custos de edição contaram com o apoio do Ashden Trust.

Os custos do Global Canopy Programme são totalmente cobertos por doações voluntárias de fundações, incluindo The Rufford Maurice Laing Foundation, The Waterloo Foundation, The John Ellerman Foundation, The Millichope Foundation, CHK Charities, Ernest Kleinwort Charitable Trust e doações realizadas por indivíduos. Agradecemos a todos por seu precioso apoio.

Esta edição do Pequeno Livro do REDD+ foi apoiada pela Fundação Packard.



O Global Canopy Programme deseja agradecer a:



**THE CLIMATE GROUP**

Estamos tentando melhorar o Pequeno Livro REDD constantemente e seu feedback é bem-vindo. Favor enviar comentários para:

Charlie Parker [c.parker@globalcanopy.org](mailto:c.parker@globalcanopy.org) ou acesse [www.littleREDDbook.org](http://www.littleREDDbook.org)



## **PREFÁCIO**

*Se um acordo climático pós-Kyoto não conseguir evitar o desmatamento tropical, torna-se praticamente impossível alcançar as metas relacionadas à mudança do clima de modo geral. As vidas e os meios de vida de milhões de pessoas estarão em risco, e os eventuais custos econômicos do combate à mudança do clima serão muito maiores do que o necessário.*

*Por estes motivos, o próximo acordo precisa criar incentivos significativos para remunerar os países detentores de florestas pelos valiosos serviços climáticos prestados ao mundo. Avanços importantes vêm sendo feitos ao longo do último ano por aqueles que trabalham no REDD. Mas para que o REDD se torne um sucesso, três grandes desafios persistem.*

*Em primeiro lugar, é necessário que um mecanismo de REDD ofereça incentivos para todos os países detentores de florestas – se algum grupo significativo de países for excluído, então o desmatamento será transferido para aquelas áreas e as emissões de gases de efeito estufa e a degradação florestal não serão efetivamente evitadas.*

*Segundo, tais incentivos precisam ter a escala necessária para resolver o problema – se forem insuficientes em termos de valor, não conseguirão sobrepor-se às demais atividades econômicas legítimas que impulsionam o desmatamento.*

*Terceiro, os cidadãos de países detentores de florestas – especialmente aqueles que dependem da floresta para seus meios de vida – precisam participar ativamente da estruturação da solução. Assim como não há solução para*

*as mudanças climáticas sem as florestas, não há solução para o desmatamento sem o apoio dos povos das florestas. Graças ao trabalho de muitos membros da comunidade REDD e outros, existem caminhos para solucionar as questões científicas, econômicas e metodológicas pendentes. Agora precisamos urgentemente de vontade política e de ação efetiva para elaborar e implementar soluções em escala nacional para responder aos desafios.*

*Agradeço a publicação do Pequeno Livro Vermelho do REDD e espero que ele possa ajudar a promover o avanço do debate sobre florestas – passando de conversas sobre o papel das florestas no combate à mudança do clima para a ação, com a urgência e a clareza que os povos do nosso planeta exigem.*

**SUA EXCELÊNCIA BHARRAT JAGDEO**

**Presidente da Guiana**

Novembro de 2008



## POR QUE ESTE GUIA É NECESSÁRIO

A estimativa do IPCC para as emissões provenientes de desmatamento em países tropicais na década de 1990 era de 1,6 bilhões de toneladas de carbono ao ano, o equivalente a 20% das emissões mundiais de carbono. Visando criar um mecanismo que aborde este problema, diferentes propostas para reduzir as emissões por desmatamento e degradação (REDD) foram submetidas à UNFCCC, o que gerou certa confusão. Este guia neutro das propostas visa contribuir para seu entendimento.

O Pequeno Livro Vermelho do REDD foi compilado pelo GCP com o apoio de uma ampla gama de colaboradores de todo o mundo, incluindo diversos autores de propostas. O Prince's Rainforests Project (Projeto do Príncipe Charles para as Florestas Tropicais) gentilmente ofereceu sua análise das propostas, formando o cerne deste guia. Ele mostra como elas se desenvolveram ao longo do tempo, evoluindo direta ou indiretamente das propostas anteriores. O mais importante é que ele mostra o quanto as propostas têm em comum – que para cada ponto de divergência há diversos pontos de acordo – e aponta para a emergência de um conjunto de princípios e abordagens comuns.

Um acordo sobre REDD está ao nosso alcance. A disseminação de novas tecnologias, tais como monitoramento via satélite, está superando algumas barreiras tecnológicas antigas. A colaboração de cientistas, economistas e formuladores de políticas no contexto da UNFCCC, do IPCC e de outros fóruns está ajudando a esclarecer questões metodológicas pendentes. Os recursos financeiros para capacitação e projetos piloto começam a fluir. Torna-se imperativo agora que a comunidade internacional continue trabalhando de forma colaborativa e com urgência renovada em prol do alcance de um consenso político em Copenhague. Esperamos que esta publicação – e sua versão online [www.littleREDDbook.org](http://www.littleREDDbook.org) – possam ajudar a construir o entendimento, na medida em que a contagem regressiva para a COP 15 começa de verdade.

Andrew W. Mitchell

Fundador e Diretor

Global Canopy Programme

## ÍNDICE

<b>COMPREENDENDO O REDD</b>	<b>11</b>
Florestas: Por que elas são importantes?	12
REDD: Uma solução para o problema	14
<b>O MARCO REFERENCIAL</b>	<b>17</b>
Um marco referencial para compreender as propostas	18
<b>PROPOSTAS</b>	<b>31</b>
Guia para as Propostas	32
Propostas Governamentais	35
Propostas Não-governamentais	57
<b>COMO COMPARÁ-LAS?</b>	<b>73</b>
Escopo	74
Nível de Referência	78
Distribuição	86
Financiamento	90
<b>QUAIS SÃO AS NOVIDADES QUENTES?</b>	<b>95</b>
O Que Mais Está Sendo Feito?	96
<b>PARA ONDE VAMOS?</b>	<b>121</b>
Quais São Os Desafios?	122
O caminho para Copenhague	124
<b>ANEXOS</b>	<b>129</b>
Bibliografia	130
Glossário	131

# COMPREENDEN- DO O REDD



## FLORESTAS: POR QUE ELAS SÃO IMPORTANTES?

### COMBATE À MUDANÇA DO CLIMA

As florestas tropicais cobrem cerca de 15% da terra firme do mundo<sup>1</sup> e contêm cerca de 25% do carbono existente na biosfera terrestre<sup>2</sup>. Mas estão sendo rapidamente degradadas e desmatadas, levando à emissão de dióxido de carbono, que retém calor na atmosfera. Cerca de 13 milhões de hectares – uma área do tamanho da Nicarágua – são convertidos por ano para outros usos da terra<sup>1</sup>. Esta perda representa um quinto das emissões mundiais de carbono, tornando a mudança de cobertura da terra o segundo maior fator contribuinte para o aquecimento global<sup>3</sup> (ver Figura 1). As florestas, portanto, desempenham um papel vital em qualquer iniciativa de combate às mudanças climáticas.

### UM LAR PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

Os recursos florestais apóiam diretamente os meios de vida de 90% dos 1,2 bilhões de pessoas que vivem em extrema pobreza e hospedam quase 90% da biodiversidade terrestre do planeta<sup>4</sup>. As comunidades locais dependem das florestas como fonte de combustível, alimento, medicamento e abrigo. A perda de florestas compromete o combate à pobreza. Os povos indígenas e os povos dependentes das florestas são os guardiões de suas florestas, prestando serviços ambientais (SA) ao resto da humanidade. As mudanças climáticas atingirão mais intensamente os mais pobres e, portanto, a redução do desmatamento ajudará a construir a sua resiliência aos impactos climáticos.

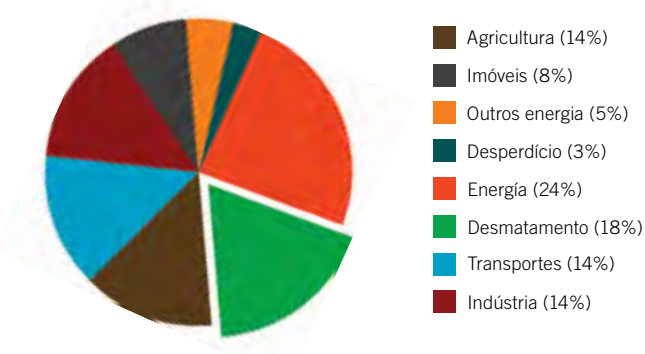


Figura 1. Emissões de GEEs por fonte<sup>5</sup>: Relatório Stern sobre a Economia das Mudanças Climáticas. No resto dessa publicação, a estimativa do IPCC de 20% relativos a desmatamento é utilizada.

## MAIS DO QUE APENAS CARBONO

Na escala local, assim como na escala global, as florestas prestam serviços ambientais que vão além do armazenamento de carbono – tais como proteção de bacias, regulação do fluxo hídrico, reciclagem de nutrientes, geração de chuvas e regulação de doenças. Florestas antigas também absorvem dióxido de carbono da atmosfera – compensando as emissões antropogênicas. A proteção das florestas tropicais tem um duplo efeito de resfriamento, reduzindo as emissões de carbono e mantendo altos níveis de evaporação a partir da copa das árvores<sup>2</sup>.

### AS CAUSAS DO DESMATAMENTO

As causas do desmatamento são múltiplas e complexas e variam de país para país. As pressões locais provêm de comunidades que utilizam as florestas como fonte de alimento, combustível e terras cultiváveis. A pobreza e a pressão populacional podem levar à perda inexorável da cobertura florestal, mantendo as pessoas presas em um ciclo perpétuo de pobreza. Enquanto milhões de pessoas ainda derrubam árvores para ganhar o sustento para as suas famílias, uma importante causa do desmatamento hoje é a agricultura em grande escala, impulsionada pela demanda de consumo. Nas últimas décadas, o desmatamento passou de um processo amplamente incentivado pelo estado para um processo impulsionado pelas empresas. Os vetores da demanda por terras agrícolas variam em todo o mundo. Na África, trata-se basicamente de agricultura de subsistência em pequena escala. Na América do Sul, são os grandes empreendimentos do agrobusiness que produzem carne e soja para o mercado externo. No Sudeste Asiático, o vetor está posicionado entre os dois, sendo os principais produtos o óleo de palmeira, o café e a madeira. A demanda por madeira também impulsiona o desmatamento e, portanto, contribui para as emissões derivadas de mudanças no uso da terra<sup>5</sup>.

Figura 2. Regiões de desmatamento nas últimas décadas



Fonte: Relatório do Milênio sobre os Ecossistemas

## REDD: UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA

### O QUE É O REDD?

A idéia básica da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) é simples: os países que estão dispostos e em condições de reduzir as emissões por desmatamento deveriam ser recompensados financeiramente por fazê-lo<sup>6</sup>. As abordagens anteriores para conter o desmatamento global até agora não tiveram sucesso e o REDD oferece um novo marco referencial para permitir que os países com altos índices de desmatamento rompam esta tendência histórica.

### QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO REDD?

REDD trata, basicamente, de redução de emissões. O Plano de Ação de Bali, definido na 13<sup>a</sup>. Conferência das Partes (COP), dispõe que uma abordagem ampla para mitigar as mudanças climáticas deve incluir:

*“Abordagens políticas e incentivos positivos para questões relacionadas à redução das emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento”*

Mas um futuro mecanismo de REDD tem potencial para realizar muito mais. O REDD pode simultaneamente abordar as mudanças climáticas e a pobreza rural, ao mesmo tempo em que conserva a biodiversidade e dá sustentação a serviços ambientais vitais<sup>8</sup>.

Apesar da consideração destes benefícios ser real e importante, a questão crucial é até que ponto a inclusão dos objetivos de desenvolvimento e conservação irá promover o sucesso geral de um futuro marco referencial de REDD ou então complicar e, portanto, possivelmente obstruir, o processo das negociações sobre REDD em andamento.

### A HISTÓRIA ATÉ AQUI...

Um marco fundamental foi alcançado durante a COP 11, em Montreal, em 2005, quando Papua Nova Guiné e Costa Rica, apoiados por oito outros membros da Convenção, propuseram um mecanismo para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento. A proposta recebeu amplo apoio de Partes e a COP estabeleceu um grupo focal e, depois disso, iniciou um processo de dois anos de exploração das opções para o REDD. Esta decisão fez com que um grande número de Partes e observadores ao longo deste período submetessem propostas e recomendações ao Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) para redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de desmatamento e degradação. Atualmente estamos em um

estágio em que temos algumas propostas sobre a mesa. De acordo com o Plano de Ação de Bali, caso se pretenda incluir REDD em um marco referencial pós-2012, é necessário que uma decisão acerca de como será o mecanismo REDD e o que ele irá incluir seja acordado pela COP15, a ser realizada em Copenhagen em dezembro de 2009. Chegar a um consenso nesta questão é de suma importância para um acordo global em relação às mudanças climáticas<sup>9</sup>.

### COMO O PEQUENO LIVRO VERMELHO DE REDD PODE AJUDAR?

A tarefa que temos em mãos é realizar debates significativos e fundamentados a respeito da natureza e das implicações das propostas que estão na mesa.

O Pequeno Livro Vermelho do REDD baseia-se em trabalhos recentes realizados pelo The Prince's Rainforests Project para analisar 33 propostas governamentais e não-governamentais submetidas à UNFCCC. Vinte destas propostas são de Partes da Convenção e 13 delas de organizações não-governamentais (ONGs) (para referência, ver a segunda capa deste livro).

O propósito do Pequeno Livro Vermelho do REDD é ajudar os stakeholders florestais a compreender e comparar as atuais e futuras propostas de forma consistente a fim de promover o consenso sobre como reduzir emissões decorrentes de desmatamento e degradação. Para tal, o Pequeno Livro Vermelho do REDD introduz um marco referencial que divide os mecanismos REDD em quatro módulos diferentes

Tais módulos podem ser considerados como blocos construtores independentes que podem ser organizados por meio de uma abordagem ‘misturar-e-combinar’: tomar a opção mais desejável de cada módulo para criar uma proposta efetiva, eficiente e equitativa para o REDD, que maximize os potenciais benefícios e minimize os resultados perversos.

O Pequeno Livro Vermelho do REDD utiliza este marco referencial para avaliar cada uma das propostas individualmente a fim de permitir comparações claras entre os diferentes mecanismos de REDD. As propostas individuais então são analisadas em conjunto para mostra as convergências e as divergências, em um esforço para atribuir maior clareza ao panorama mais amplo.

Para ajudar os interessados a compreender as várias propostas de forma rápida e simples, elementos chave de todas as propostas foram apresentados de forma gráfica ao longo deste documento. Tal linguagem visual é introduzida na página 27 e também está disponível na terceira capa, para facilitar consultas rápidas.

# **0 MARCO REFERENCIAL**

## UM MARCO REFERENCIAL PARA COMPREENDER AS PROPOSTAS

### OS BLOCOS CONSTRUTORES

O diagrama ao lado apresenta um novo marco referencial para entender as propostas REDD. O marco referencial compreende quatro blocos construtores básicos, conforme segue:

- **Escopo:** O que está sendo realizado?
- **Nível de referência:** Como está sendo medido?
- **Distribuição:** Há pagamento pelos estoques de carbono?
- **Financiamento:** De onde vem o dinheiro?

A efetividade, eficiência e equidade geral de uma proposta são determinadas pelo seu escopo, nível de referência, e mecanismos de financiamento e distribuição, conforme mostrado na Figura 3.

É útil visualizar as propostas REDD desta maneira, porque isto permite compreender os elementos das propostas individuais. Também mostra a distribuição e a evolução de idéias do conjunto de propostas e permite perceber as áreas onde há níveis elevados de convergência ou divergência.

### OPÇÕES PARA MISTURAR-E-COMBINAR

Cada um dos quatro módulos tem uma série de opções que emergiram das diferentes propostas. Maiores detalhes sobre as opções englobadas por cada módulo são fornecidos nas páginas seguintes.

Algumas opções potencialmente impõem restrições a outras. Contudo, quando visualizamos as propostas como um grupo, há uma série de diferentes opções para 'misturar-e-combinar'. Por exemplo, a decisão de incluir desmatamento e degradação (REDD) ou apenas desmatamento (RED) pode, de modo geral, ser abordada separadamente da pergunta se será utilizado um fundo ou um mercado.

O marco referencial introduzido aqui e a análise por trás de 'Como eles se comparam' foram desenvolvidos pelo The Prince's Rainforests Project. Para maiores informações, enviar email para Anna Creed: [anna.creed@royal.gsx.gov.uk](mailto:anna.creed@royal.gsx.gov.uk) ou acesse [www.princesrainforestsproject.org/redd](http://www.princesrainforestsproject.org/redd).

Figura 3. Os blocos construtores de uma proposta REDD



Para possibilitar uma rápida consulta aos diferentes módulos do marco referencial, utilizamos as cores para os quatro módulos mostradas acima ao longo de todo o guia: **verde sempre significa escopo**, **azul: níveis de referência**, **lilás: distribuição** e **laranja: mecanismos de financiamento**. Um pequeno ícone também fica exposto no canto da página se um módulo específico do marco referencial estiver sendo discutido.

O primeiro passo para compreender as propostas de REDD é quantificar o que está incluído. O escopo refere-se às atividades consideradas elegíveis para a geração de reduções de emissões segundo o REDD.

### OPÇÕES

**Atividades:** Redução de emissões por desmatamento (RED), Redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) ou Redução de emissões por desmatamento e degradação e incremento dos estoques de carbono (REDD+).

A escolha do escopo terá um impacto importante sobre a escala, o custo relativo e o potencial de mitigação de um mecanismo REDD. Também desempenhará um papel importante na viabilidade política de um acordo e na capacidade dos países em desenvolvimento para medir, relatar e verificar as opções consideradas dentro do escopo de uma proposta. Além disso, o número de países que podem beneficiar-se de REDD também é influenciado pelo escopo acordado (ver Quadro 1).

O escopo, conforme definido aqui, refere-se ao escopo da *redução de emissões*. As atividades descritas acima referem-se aos fluxos de carbono entre a terra e a atmosfera. A redução de emissões por desmatamento e degradação compreende duas atividades que diminuem emissões de carbono à atmosfera. O incremento de estoques de carbono (o + no REDD+) refere-se a seqüestro de carbono ou remoções de carbono da atmosfera.

O escopo de REDD+ em seu sentido mais amplo, no entanto, também inclui estoques de carbono à medida que se relacionam à conservação das florestas e ao carbono armazenado em florestas “em pé”<sup>1</sup>. Estoques são distintos de emissões por não implicarem em mudanças na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e não são, portanto, reconhecidos como uma atividade de mitigação da mudança do clima. Para o propósito desse marco referencial os estoques de carbono são tratados separadamente no módulo de distribuição.

<sup>1</sup>A decisão alcançada na COP 14 refere-se ao papel e à contribuição da conservação, do manejo florestal sustentável, das mudanças na cobertura florestal e estoques de carbono e emissões de gases de efeito estufa associados, e do incremento de estoques de carbono florestal para fortalecer ações de mitigação de mudanças climáticas, bem como à consideração de níveis de referência.

Um mecanismo REDD deve especificar como as reduções de emissões (REs) serão mensuradas. O nível de referência define o período de referência e a escala pelas quais as qual as atividades dentro do escopo serão medidas.

### OPÇÕES

**Período de referência:** Linha de base histórica, linha de base histórica ajustada, linha de base projetada

**Escala:** Sub-nacional, nacional, global

Os níveis de referência definem o cenário “business as usual” (manter as coisas como estão) ao longo de um período e uma escala pré-definida. São portanto frequentemente utilizados para determinar a adicionalidade de uma dada atividade ou, em outras palavras, quantas reduções de emissões teriam ocorrido em função da implementação de um mecanismo de REDD comparativamente ao que teria ocorrido sem ela. Há duas metodologias fundamentais para o estabelecimento de níveis de referência – histórica ou projetada.

Linhas de base históricas usam taxas passadas de desmatamento como um proxy para o comportamento futuro. Por exemplo, se um país desmatou 1 milhão de ha de florestas contendo 1GtCO<sub>2</sub> a cada ano entre 1990 e 2005, então a linha de base histórica seria 1GtCO<sub>2</sub>/ano. Conforme esse raciocínio, qualquer redução do desmatamento para menos de 1GtCO<sub>2</sub> seria contabilizada como adicional e portanto seria elegível para alguma forma de pagamento de incentivos (Figura 4). Algumas limitações da abordagem histórica são que ela requer uma qualidade e disponibilidade mínima de dados, impedindo assim a participação de alguns países que não dispõem desses dados, e não reconhece potenciais mudanças das circunstâncias nacionais ao longo do tempo.

Para tratar desse último problema, algumas propostas sugerem o desenvolvimento de um fator de ajuste de desenvolvimento (FAD) que pode ser aplicado à linha de base para refletir mudanças previstas nos futuros vetores de desmatamento. Esse tipo de nível de referência foi classificado aqui como uma linha de base histórica ajustada, intermediária entre linhas de base puramente históricas e projetadas. Usando o exemplo acima, se aplicássemos um FAD de 10% à linha de base histórica, isso nos daria uma linha de base histórica ajustada de 1.1GtCO<sub>2</sub>/ano. Reduções de emissões seriam agora calculadas abaixo do nível de 1.1GtCO<sub>2</sub>. Nesse cenário, no

<sup>2</sup> The figure of 1GtCO<sub>2</sub> released from 1 million ha uses the IPCC figure of 250tC/ha stored in tropical forest<sup>14</sup> and assumes that all of this carbon is converted into carbon dioxide. This figure is therefore likely to be an overestimate but is used here for example purposes only.

entanto, aumentos nas emissões acima da linha de base histórica também poderiam gerar créditos (Figura 5). Se negociadas num mercado internacional oficial, essas “reduções de emissões” criariam aumentos líquidos nas concentrações atmosféricas de GEEs (também conhecidas como “ar quente”). Teoricamente, FADs negativos poderiam também ser aplicados a linhas de base históricas para refletir que um determinado país provavelmente desmatará menos nos próximos anos. É pouco provável, no entanto, que qualquer país proponha tal cenário vez que ele limitaria potenciais recursos futuros sob um regime internacional.

Figura 4 – Linha de base histórica. O nível de referência é estabelecido durante o período de referência (nesse exemplo de 1990 a 2005). A geração de créditos a partir dessa linha de base começa durante o período de crédito. Reduções de emissões que ocorrem abaixo da linha de base histórica são contabilizadas como adicionais.

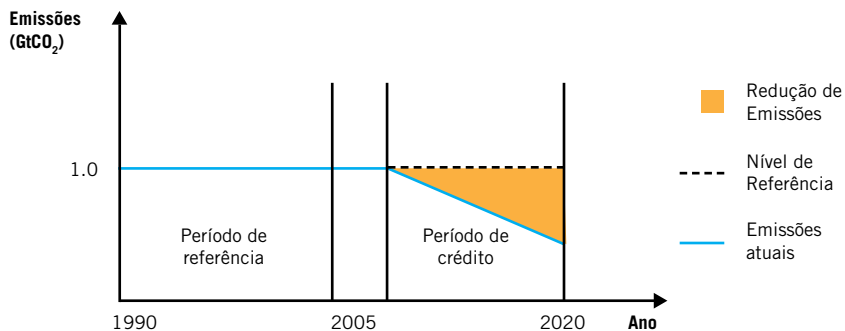
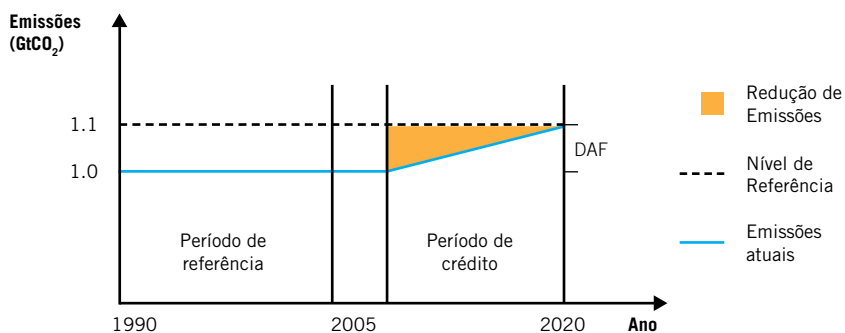


Figura 5 – Linha de base histórica ajustada. O nível de referência de emissões é estabelecido em algum ponto acima da linha de base histórica, usando um fator de ajuste de desenvolvimento (FAD) para contabilizar aumentos previstos de desmatamento. Reduções de emissões abaixo desse novo nível de referência são contabilizadas como adicionais.



A segunda maneira de se estabelecer níveis de referência é usar uma linha de base projetada. Linhas de base projetadas visam prever como as taxas de desmatamento se comportarão no futuro e podem usar vários métodos. Modelos econométricos

que analisam as forças socioeconômicas ou estruturais podem ser usados. Uma das limitações dessa abordagem teórica é a exigência de dados adequados sobre variáveis-chave para garantir sua acurácia, e isso, dada sua complexidade, pode ser difícil de negociar num fórum como a UNFCCC. Seria, no entanto, uma abordagem mais robusta para prever futuras taxas de desmatamento uma vez que incorpora uma gama mais ampla de fatores causais além do comportamento histórico. Outro modo de se calcular linhas de base projetadas, como usado pelo Terrestrial Carbon Group, é estabelecer áreas cujo desmatamento seria economicamente viável no decurso de um determinado período de tempo e classificar todas essas áreas como de risco. Esse modelo cria linhas de base mais altas que outras metodologias, no entanto, uma vez que assume que todas as áreas de risco serão desmatadas num determinado período de tempo.

Níveis de referência que usam linhas de base projetadas poderiam criar linhas de base mais altas ou mais baixas que níveis históricos, dependendo da abordagem e pressupostos levados em conta no modelo. É improvável, no entanto, que o total de permissões de emissão num determinado modelo vá se igualar às atuais emissões globais por desmatamento (e degradação). Há um potencial, no entanto, de numa abordagem de mercado linhas de base projetadas possam também gerar “ar quente”. O quanto os modelos sejam conservadores será um fator-chave para determinar quantas reduções de emissões serão geradas por níveis de referência projetados e históricos ajustados.

Apesar da escolha do nível de referência impactar enormemente os tipos de países que geram REs, ela não necessariamente precisa influenciar quais países se beneficiam de um futuro mecanismo de REDD. A distribuição ou alocação de benefícios a atores outros do que aqueles que geraram as reduções são discutidas no módulo sobre distribuição. Contudo, os níveis de referência muitas vezes são conjugados com um fator de ajuste ou um elemento negociável para levar em conta circunstâncias nacionais diferentes.

Vale ressaltar que a ciência da contabilidade do carbono florestal e, ademais, a avaliação das práticas “business as usual” (manter as coisas como estão) dentro das florestas ainda é imprecisa<sup>10</sup> e, como tal, tanto marcos zero históricos e projetados contêm um grande elemento de incerteza. Contudo, muito trabalho já foi feito e continua sendo feito no sentido de melhorar o conhecimento técnico e metodológico nesta área. O GFC-GOLD (Observação Global da Cobertura Florestal e Dinâmica da Terra) e o IPCC são reconhecidos pelas comunidades científica e intergovernamental como fontes de conhecimento científico de alta qualidade, que estão aumentando as certezas quanto ao estabelecimento de níveis de referência e métodos de monitoramento.

O escopo e o nível de referência determinam quantas reduções de emissões serão geradas. Igualmente importante é como os benefícios das reduções deverão ser distribuídos ou alocados a países com florestas “em pé”. A maioria das propostas defende incentivos ou compensações diretamente alinhadas com as ações da própria Parte. Outras propostas sugerem que alguns destes benefícios devem fluir a Partes diferentes daquelas que geraram as reduções de emissões através de *um mecanismo de distribuição*.

### OPÇÕES

**Mecanismo:** Mecanismo de Redistribuição; Mecanismo Adicional

A escolha sobre como os benefícios são distribuídos tem o potencial de influenciar enormemente a possibilidade de um país participar num mecanismo de REDD (ver Quadro 1). Para lidar com questões de equidade derivadas de diferentes circunstâncias nacionais (em geral associadas ao desenvolvimento), algumas propostas sugerem que um FAD possa ser aplicado a linhas de base históricas para permitir que países com baixas emissões que possam desmatar no futuro possam se beneficiar do REDD. Esse mecanismo foi discutido no módulo de níveis de referência.

Algumas propostas, por motivos de equidade ou para abordar fatores socioeconômicos, vêm escolhendo um mecanismo de distribuição que aloque fundos a emissores historicamente baixos que podem vir a emitir em algum momento no futuro. Outras propostas, para evitar vazamentos internacionais, sugeriram que uma proporção dos fundos gerados através do REDD deveria ser distribuída a países que atualmente têm baixos índices de desmatamento, mas grande cobertura florestal. O argumento é que se estes países não forem recompensados por proteger seus estoques atuais haverá um incentivo perverso para derrubar suas florestas em troca de empreendimentos mais lucrativos.

O módulo de distribuição do marco referencial, discutido aqui, demonstra como diferentes propostas visam remunerar países com alta cobertura florestal e baixas taxas de desmatamento por suas florestas “em pé” ou estoques de carbono (ver quadro 1). Essas propostas tipicamente visam evitar vazamento internacional, ou como acima, tratar de questões de equidade em mecanismos de REDD que recompensam somente redução de emissões. O argumento é de que se os países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento não receberem para proteger seus estoques, haverá um incentivo perverso para derrubar florestas em prol de opções mais lucrativas.

A escolha de metodologias para compensar países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento pode ser classificada em dois grandes grupos: uma redistribuição dos recursos de REDD ou de fontes adicionais de financiamento. Propostas que especificam um mecanismo de redistribuição podem realocar recursos de várias formas. Propostas iniciais, como “Incentivos Combinados” e “Contagem de Incentivos”, usam uma linha de base global em relação à qual uma proporção dos recursos é alocada. O raciocínio por trás dessa abordagem é que recompensar reduções de emissões com em relação a uma linha de base global gerará incentivos para os países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento cujas taxas de desmatamento estiverem abaixo dessa média global. Para gerar recursos para tais pagamentos, os países com altas taxas de desmatamento receberiam menos nesse mecanismo de alocação, vez que parte de suas emissões seriam contabilizadas acima da linha de base global. Outra forma de mecanismo de distribuição é taxar reduções de emissões, conforme propõem o WHRC e a TNC. Conforme esse mecanismo, uma proporção dos recursos seria depositada num fundo e paga aos países participantes do REDD sob a forma de pagamento por estoques. A chave para ambas as abordagens é que os recursos necessários para apoiar países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento são gerados pelo próprio mecanismo. Potenciais desvantagens dessas abordagens são o efeito de distorção que a redistribuição poderia ter nos incentivos para redução de emissão nos países com altas taxas de desmatamento.

A alternativa a um mecanismo de redistribuição é usar um mecanismo financeiro adicional. Muitas propostas sugerem um “fundo de estabilização” que usaria recursos adicionais para lidar com vazamentos e questões de equidade nos países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento. Os recursos de um fundo de estabilização poderiam vir de uma variedade de fontes, incluindo fundos voluntários ou mecanismos financeiros inovadores como leilões de permissões ou taxas do transporte marítimo ou aéreo.

Vale ressaltar que algumas propostas também sugerem que FADs possam ser usados para lidar com vazamentos e questões de equidade nos países com alta cobertura florestal e baixo desmatamento, Enquanto essas propostas gerariam incentivos para manter estoques de carbono nesses países, conforme discutido no módulo de níveis de referência, cuidado seria necessário para que essas linhas de bases construídas não levassem a aumentos de emissões de GEE, comprometendo assim o principal objetivo do REDD.

## FINANCIAMENTO

O passo final na definição do marco referencial de uma proposta REDD é de onde vem o dinheiro. As fontes de financiamento discutidas nesse módulo referem-se explicitamente aos recursos que seriam usados para incentivar reduções de emissões num mecanismo de REDD, em contraste a outros financiamentos voltados à capacitação ou conservação de estoques de carbono (conforme discutido no módulo de distribuição).

### OPÇÕES

**Fonte:** Doações voluntárias, Vinculadas ao mercado, Mercado direto, Abordagem por fases

O financiamento para o REDD pode ser agrupado em três categorias principais: um fundo voluntário, um mecanismo de mercado direto ou híbrido/vinculado ao mercado<sup>11</sup>.

Um fundo voluntário poderia operar na escala nacional (ou seja, uni ou multilateral) ou internacional. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), como o compromisso da Noruega de 2,6 bilhões, é um exemplo de doação voluntária. Em geral, contudo, as Partes não-Anexo I clamam por novas contribuições adicionais por parte de países desenvolvidos. É importante observar que as reduções de emissões geradas através de um fundo não podem ser utilizadas para fins de cumprimento de metas no mercado oficial de carbono.

Uma abordagem vinculada ao mercado pode gerar recursos através de vários mecanismos. A proposta da Noruega de leiloar UQAs (unidades de quantidade atribuída – AAU em inglês) em nível internacional, ou a Iniciativa Internacional para o Clima da Alemanha em nível nacional, sugerem gerar recursos através de leilões de permissões de emissões. Características chave do processo de leilão são a geração de recursos em escala e a adicionalidade das reduções de emissões em relação a compromissos existentes. Outro exemplo de abordagem vinculada ao mercado é a criação de um mercado duplo, como propõem o CCAP ou o Greenpeace, onde os créditos de REDD estão ligados mas não são fungíveis em relação a RCEs existentes. Numa abordagem de mercado duplo é discricionário se as reduções de emissões geradas pelo REDD seriam adicionais ou não aos compromissos do Anexo I. Em ambos os casos, no entanto, as reduções de emissões seriam usadas para o cumprimento de metas mandatórias.

Em mercados diretos os créditos de REDD poderiam ser negociados juntamente com

reduções certificadas de emissões (RCEs) e poderiam ser usadas por empresas para atingir metas de redução em sistemas *cap-and-trade* (limite-e-comércio).

Cada um desses mecanismos tem pontos positivos e negativos. No entanto, há um consenso crescente de que uma combinação desses mecanismos financeiros será necessária para cobrir os diferentes estágios de desenvolvimento e necessidades de países detentores de florestas tropicais. Esse sistema é conhecido como abordagem por fases (ver pág. 96 para mais detalhes), e destacaremos quando propostas sugerirem tal abordagem.



## QUADRO 1: QUEM PODE BENEFICIAR-SE?

Fonseca e colegas<sup>12</sup> elaboraram uma matriz para mostrar que os países em desenvolvimento se classificam em quatro categorias básicas ou quadrantes, com base em sua cobertura florestal e no recente índice de desmatamento (ver Tabela 1).

Tais quadrantes são importantes dentro do contexto do debate sobre o REDD na medida em que nem todos os países irão beneficiar-se igualmente de qualquer um dos mecanismos REDD propostos, dependendo da escolha de opções dentro dos blocos construtores básicos do marco referencial.

Tabela 1: Uma matriz para dividir os países segundo sua cobertura florestal e os índices históricos de desmatamento.<sup>12</sup>

	BAIXA COBERTURA FLORESTAL (< 50%)	ALTA COBERTURA FLORESTAL (> 50%)
<b>ALTO ÍNDICE DE DESMATAMENTO</b> ( > 0.22%/yr)	<b>Quadrante I</b> p. ex., Guatemala, Tailândia, Madagascar  No. de países: 44 Área florestal: 28% Total de carbono florestal: 22% Desmatamento anual: 48%	<b>Quadrante III</b> p. ex., Papua Nova Guiné, Brasil, Congo (ID)  No. de países: 10 Área florestal: 39% Total de carbono florestal: 48% Desmatamento anual: 47%
<b>BAIXO ÍNDICE DE DESMATAMENTO</b> ( < 0.22%/yr)	<b>Quadrante II</b> República Dominicana, Angola, Vietnã  No. de países: 15 Área florestal: 20% Total de carbono florestal: 12% Desmatamento anual: 1%	<b>Quadrante IV</b> p. ex., Suriname, Belize, Gabão  No. de países: 11 Área florestal: 13% Total de carbono florestal: 18% Desmatamento anual: 3%

Dependendo da escolha do escopo, nível de referência, distribuição e, até certo ponto, do mecanismo de financiamento de uma certa proposta, alguns países tendem a beneficiar-se mais do que outros do REDD. De modo geral, por exemplo, países nos Quadrantes I e III, historicamente com altas taxas de desmatamento, tenderão a ganhar mais com as propostas que utilizam uma linha de base histórica ao invés de uma linha de base projetada. Países nos Quadrantes III e IV, com grande cobertura florestal, também irão beneficiar-se mais das propostas que tenham um mecanismo de distribuição explícito, baseado em estoques de carbono. Por fim, países no Quadrante II, com baixa cobertura florestal e baixas taxas de desmatamento terão dificuldades para beneficiar-se do REDD, a não ser que o incremento de atividades seja incluído no escopo do mecanismo.



© Global Canopy Programme / Katherine Stecyk

# PROPOSTAS

## GUIA PARA AS PROPOSTAS

As páginas seguintes apresentam um guia para as 33 propostas atualmente em consideração, utilizando o marco analítico introduzido acima. Cada proposta foi representada graficamente, utilizando os ícones mostrados na contracapa. Tais ícones representam as principais opções com base no marco analítico, e foram agrupados em seus respectivos módulos.

Os ícones serão apresentados no topo de cada proposta em uma 'barra de ícones' (ver Figura 4 abaixo). Nem todas as propostas visam definir todos os módulos do marco referencial. Portanto, para simplificar, todos os ícones na barra de ícones por default serão cinza e somente as opções que estão sendo explicitamente propostas nas subcomissões serão ressaltadas em colorido. A cor corresponderá ao módulo do marco referencial no qual o ícone está agrupado.

Figura 4. Barra de ícones



O exemplo na Figura 4 acima indica que o escopo desta proposta hipotética inclui desmatamento e degradação, o nível de referência é histórico, a proposta não especificou um mecanismo de distribuição explícito e o financiamento se dá através de um fundo vinculado ao mercado.

Figura 5. Chave dos Ícones



# **PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS**

## ALIANÇA DOS PEQUENOS PAÍSES INSULARES (AOSIS)\*



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5/Add.2 (Part 1)  
*Data:* Dezembro de 2008

### RESUMO

A AOSIS acredita que a inclusão de todas as ações na agenda do REDD deve garantir que não sejam negligenciadas a biodiversidade ou a qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades locais e deve explorar medidas quanto à demanda relacionada aos vetores de desmatamento (p.ex. exportação de madeira e produtos florestais) ressaltando, entretanto, possíveis implicações de medidas comerciais discriminatórias.

Reconhecendo que um trabalho adicional é necessário para o desenvolvimento de metodologias para analisar a degradação, a AOSIS acredita que o REDD deve incluir tanto desmatamento quanto degradação, e que a definição da degradação florestal deve relacionar-se à perda de estoques de carbono em áreas de florestas remanescentes. O REDD poderia ser abordado tanto em nível nacional quanto sub-nacional, embora os países devam ser encorajados, quando possível, a tomar medidas nacionais para reduzir a possibilidade de vazamento nacional. Abordagens para estabelecer níveis de referência nacionais devem ser flexíveis dependendo das circunstâncias de cada país.

A AOSIS propõe que o financiamento para a conservação venha tanto de um fundo de REDD quanto de recursos destinados à adaptação, uma vez que a conservação das florestas também é uma estratégia de adaptação. Para Partes países desenvolvidos e Partes países em desenvolvimento não deveria haver combinação ou fungibilidade no âmbito do Protocolo de Quioto, e qualquer mecanismo de mercado, se apropriado, deveria ser desenvolvido no âmbito do Plano de Ação de Bali.

\* The Alliance of Small Island States (AOSIS) is a coalition of some 43 low-lying and small island countries, most of which are members of the G-77, that are particularly vulnerable to sea-level rise.

## AUSTRÁLIA



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14/Add.1, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4/Add.2, FCCC/AWGLCA/2008/Misc.5/Add.2 (Part I), FCCC/AWGLCA/2009/MISC.1/Add.2  
*Data:* Março de 2009

### RESUMO

A proposta da Austrália para um mecanismo de mercado de carbono florestal inclui tanto a redução de emissões por desmatamento e degradação quanto o incremento de remoções por florestamento e reflorestamento, com vistas a uma inclusão mais ampla do setor terrestre no futuro. O mecanismo visa evitar consequências perversas para a biodiversidade, e os benefícios serão maximizados pela inclusão de comunidades locais e indígenas em países-sede de atividades. O mecanismo de mercado de carbono florestal é uma abordagem nacional, que pode apoiar a implementação sub-nacional.

As reduções de emissões e os aumentos de remoções relacionados a um nível nacional de emissões florestais gerará créditos negociáveis de carbono florestal. O nível de emissões será estabelecido usando uma abordagem holística que será uma projeção conservadora de emissões antropogênicas líquidas futuras a partir da informação acima. Medidas de confiança de mercado poderiam incluir a participação num mecanismo internacional de confiança, um pool de créditos que possa ser usado para substituir créditos de carbono florestal quando um evento antropogênico sério resulte em não-permanência. Preparação e capacitação significativas serão necessárias para habilitar a participação de Partes países em desenvolvimento num mecanismo de mercado de carbono florestal. Isso incluirá assistência para contabilidade e monitoramento de carbono, desenvolvimento de políticas e construção de capacidade institucional. O apoio a essa preparação e capacitação será proporcionado por arranjos não ligados ao mercado, no curto prazo.



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14

*Data:* Fevereiro de 2007

### RESUMO

O Brasil propõe o estabelecimento de um fundo voluntário para os qual os países desenvolvidos fornecerão novos recursos financeiros a serem acrescentados a financiamentos já existentes. Os países em desenvolvimento terão direito a incentivos financeiros a serem acessados a posteriori, após demonstrarem – de forma transparente e confiável – que reduziram suas emissões de desmatamento.

Os incentivos devem basear-se numa comparação entre a taxa de emissões de desmatamento ao longo de um período de tempo transcorrido e uma taxa de referência de emissão (reference emissions rate - RER). Reduções nas emissões serão creditadas e aumentos nas emissões serão convertidos em débito de futuros incentivos financeiros. O preço por tonelada de carbono para incentivos será negociável e revisado periodicamente.

A contabilidade será feita no nível nacional e os incentivos serão distribuídos na mesma proporção que as reduções de emissões alcançadas por cada país. A RER é a taxa média de desmatamento ao longo de um período de dez anos anteriores, a partir da época da implementação no contexto da UNFCCC, e será recalculada a cada três anos como a média das emissões de desmatamento dos últimos três anos (se as taxas tiverem caído abaixo da RER).



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2008/MISC.4

*Data:* Abril de 2008

### RESUMO

O Canadá reconhece a importância do IPCC e GOF-C-GOLD e recomenda que o IPCC produza um relatório de orientações metodológicas para um mecanismo REDD.

A orientação indicativa fornecida no Anexo à Decisão 2/CP.13 afirma que as reduções nas emissões ou os aumentos resultantes de uma atividade demonstrativa devem basear-se em emissões históricas, levando em consideração as circunstâncias nacionais. Orientações adicionais serão necessárias por parte do SBSTA para a identificação de fatores que precisam ser considerados para determinar os níveis de emissão de referência, por exemplo, circunstâncias nacionais.

O Canadá acredita que a incapacidade de cumprir exigências metodológicas relacionadas à degradação florestal não deveria resultar na total exclusão de um país de um incentivo à redução das emissões de desmatamento, contanto que a referida Parte cumpra as exigências metodológicas relacionadas ao desmatamento.

## COALIZÃO DOS PAÍSES DETENTORES DE FLORESTAS TROPICAIS (CfRN)



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4/Add.1, FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5, FCCC/AWGLCA/2009/MISC.1/Add.4

*Data:* Março de 2009

### RESUMO

Reconhecendo que as circunstâncias nacionais variam conforme de acordo com países em desenvolvimento, a CfRN propõe uma implementação em etapas para maximizar a participação em atividades de REDD. O movimento entre categorias é voluntário e as atividades das diversas categorias podem em alguns casos ocorrer simultaneamente. A Categoria I – Preparação para o REDD e Construção de Capacidade – vai primeiramente utilizar recursos novos e adicionais de Ajuda Externa ao Desenvolvimento. A Categoria II – Expansão da Implementação no âmbito da UNFCCC – pode ser financiada por recursos oriundos de leilões de UQAs (unidades de quantidade atribuída, AAU em inglês) e taxas de carbono nos países do Anexo I, e apoiaria o ganho de escala de atividades-piloto incluindo atividades nos níveis nacional, sub-nacional, local e de projeto nos países em desenvolvimento. A Categoria III – Reduções de Emissões MRV através de um mecanismo de mercado – usaria fundos de mercados de carbono que pudessem ser apoiados por leilões de permissões e taxas de carbono para financiar o REDD.

A CfRN propõe um nível nacional de emissões ou remoções usando dados históricos por um período de pelo menos 5 anos. Este nível pode ser elevado ou diminuído usando um fator de ajuste de desenvolvimento que leve em conta circunstâncias nacionais, capacidades e países com baixas taxas de desmatamento e degradação.

\* Belize, Central Africa Republic, Costa Rica, Dominican Republic, Democratic Republic of Congo, Ecuador, Equatorial Guinea, Honduras, Ghana, Guyana, Kenya, Madagascar, Nepal, Nicaragua, Panama, Papua New Guinea, Singapore, Solomon Islands, Tanzania, Thailand, Uganda, Vanuatu, & Vietnam.

## CHINA



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5

*Data:* Setembro de 2008

### RESUMO

A China propõe um mecanismo de REDD que trata igualmente a redução de emissões por desmatamento e degradação em países em desenvolvimento e o papel da conservação, manejo florestal sustentável e incremento de estoques de carbono florestal nesses mesmos países. A implementação do REDD deve promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, bem como maximizar co-benefícios nas regiões florestadas de países em desenvolvimento.

O sucesso da implementação do REDD em países em desenvolvimento depende de recursos financeiros adequados, previsíveis e sustentáveis, suporte técnico e financeiro e a provisão de recursos novos e adicionais, incluindo assistência oficial e condicionada para os países em desenvolvimento. A China aplaude discussões tanto de mecanismos fora do mercado quanto mecanismos de mercado relacionados a abordagens políticas e incentivos positivos, e encoraja atividades piloto tanto no nível nacional quanto sub-nacional, para que se possa acumular lições e experiências suficientes.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/FCCC/SBSTA/2008/MISC.4, Recent Submission

*Data:* Abril de 2009

### RESUMO

O mecanismo proposto deve ser consistente com os princípios do mercado de carbono e basear-se na infra-estrutura técnica e institucional já disponível. A Colômbia acredita que cada Parte deveria poder escolher um nível de referência sub-nacional ou nacional e sugere que as questões de vazamento poderiam ser administradas no nível do projeto por meio de uma metodologia aprovada pela qual as emissões deslocadas sejam deduzidas dos créditos do projeto.

Os níveis de referência podem usar uma extrapolação das tendências passadas para o futuro, tecnologias ou práticas prevalentes, ou argumentos lógicos apresentados por participantes das atividades, com base em tendências observadas. Créditos de redução de emissões comercializáveis e plenamente fungíveis seriam emitidos de acordo com os níveis de referência mencionados.

Um fundo especial para mudança do clima deve ser estabelecido pela COP para financiar atividades, programas e medidas relacionadas ao REDD+ que são complementares àquelas financiadas por recursos alocados à área de mudança do clima do GEF – Fundo Mundial para Natureza, e por financiamentos bilaterais e multilaterais nas seguintes áreas:

- Aumento da capacidade dos países em desenvolvimento de monitorar mudanças na sua cobertura florestal e estoques de carbono associados;
- Desenho e implementação de políticas de redução do desmatamento e da degradação; e
- Apoio a esforços contínuos de conservação florestal e incremento de estoques de carbono em países em desenvolvimento.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4

*Data:* Março de 2008

### RESUMO

Para obter benefícios reais e mensuráveis para o clima, a COMIFAC afirma que as abordagens políticas e os incentivos positivos deveriam basear-se numa abordagem conjunta, elaborada para abordar as diferentes dinâmicas do setor florestal nos países em desenvolvimento, e vinculada a compromissos substanciais de redução de emissões em países desenvolvidos. Dentro deste contexto, três opções de financiamento voluntário, similares às propostas da CfrN, estariam disponíveis para três fases distintas de desmatamento. Em primeiro lugar, faz-se necessário um fundo viabilizado para propiciar capacitação, com cenários de referência e medidas políticas para a redução do desmatamento. Em segundo lugar, um fundo estabilizador seria utilizado nos países que atualmente apresentam taxas reduzidas de desmatamento para a proteção e manutenção dos estoques de carbono; o financiamento poderia vir de uma participação nas receitas de créditos REDD, combinado com fundos adicionais fornecidos por países do Anexo I através de ODA ou impostos. Em terceiro lugar, um mecanismo REDD, pelo qual incentivos positivos são concedidos para a redução das emissões abaixo de um cenário de referência (CR), poderia fornecer incentivos positivos para REDD. O CR poderia ser uma combinação de taxas de referência de emissões (RER) históricas e um fator de ajuste de desenvolvimento (FAD).

Considerando a diversidade das circunstâncias nacionais, é essencial ser flexível na seleção de abordagens e níveis de ação relevantes a serem considerados; tanto as abordagens nacionais como sub-nacionais são compatíveis e relevantes nos países da Bacia do Congo.





ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4

*Data:* Julho de 2008

### RESUMO

A UE propõe que as políticas deveriam concentrar-se em incentivos positivos para a redução de emissões de desmatamento e degradação florestal, promovendo ações adicionais relativas à conservação, MFS e de aumento de estoques florestais de carbono.

A União Européia favorece uma abordagem que baseie os incentivos nos níveis nacionais de referência de emissões previamente acordados, que deveriam ser ambiciosos porém realisticamente alcançáveis, levando em consideração as circunstâncias nacionais, incluindo políticas e iniciativas existentes, dados históricos, tendências atuais e os desenvolvimentos no uso da terra. O nível acordado seria negociado e revisado periodicamente. A UE reconhece que abordagens sub-nacionais podem ser apropriadas sob algumas circunstâncias nacionais; contudo, abordagens nacionais são essenciais para evitar o risco de vazamento dentro das fronteiras nacionais.

A UE reconhece que o financiamento público atualmente não é suficiente e não está disponível de forma sustentável, reconhecendo, portanto, a necessidade de realizar avaliações adicionais de todas as opções de financiamento, particularmente com relação à escala e à sustentabilidade que elas possam fornecer, e observa que uma abordagem vinculada ao mercado bem desenhada pode contribuir para ações de longo prazo.



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14/Add.2, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4, FCCC/AWGLCA/2008/Misc.5/Add.2 (Part I)

*Data:* Dezembro de 2008

### RESUMO

A Índia ressalta que a proposta brasileira em prol da redução compensada favorece de forma injusta os países com altas taxas de desmatamento e, portanto, propõe um mecanismo de “Conservação Compensada” que também recompense os países por manter e aumentar suas florestas em decorrência da conservação. Como tal, a Índia apoiaria uma metodologia comum que i) avalie mudanças nos estoques de carbono e nas emissões de GEE em decorrência da conservação e do manejo sustentável das florestas, e ii) reduções nas emissões por desmatamento e degradação. A Índia afirma que, como os estoques constantes de carbono não incluem fluxos de carbono, não é possível ligar tais estoques ao Mercado Oficial Global de Carbono. Da mesma forma, a compensação pela manutenção de estoques não pode ser uma questão voluntária para os países em desenvolvimento. Isto colocaria esse pagamento na esfera de “doação” e, a julgar pela história das ações relacionadas à mudança do clima, levar a uma séria desvalorização da compensação. Então, pagamentos de compensação deveriam se basear em normas de avaliação, acordadas no Plano de Ação de Bali, relacionadas tanto à responsabilidade quanto à capacidade e cada país desenvolvido. Por outro lado, havendo um monitoramento e uma avaliação de mudanças nos fluxos de carbono florestal confiáveis, seria possível gerar incentivos positivos para o REDD pela inclusão de créditos de REDD no mercado oficial global de carbono. A Índia reconhece, no entanto, que fluxos de créditos de REDD seriam muito grandes e a necessidade do estabelecimento de limites para quanto um país desenvolvido possa usar de créditos de REDD para cumprir seus compromissos de mitigação de emissões de GEE. Para viabilizar uma sólida estrutura de relatórios sobre mudanças na cobertura florestal, recomenda-se uma linha de base nacional para evitar a contabilidade dupla e vazamentos. A atividade de projeto MDL F/R também será incluída como débito no inventário nacional para a contabilidade do REDD.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2/Add.1, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14/Add.1, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4, FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5/Add.2 (Part I), FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5/Add.2 (Part II)  
*Data:* Dezembro de 2008

### RESUMO

A Indonésia afirma que a adoção de uma única definição para desmatamento é essencial para assegurar a equidade no fornecimento de incentivos para os países em desenvolvimento. Ações voluntárias que se qualificam para fins de compensação deveriam incluir o plantio de enriquecimento em florestas secundárias, redução das emissões por meio da conversão evitada de florestas, redução das emissões através do combate ao desmatamento ilegal e a incêndios, e a conservação de carbono através da conservação de florestas.

Haveria dois níveis de referência para a geração de créditos. O nível de referência para atividades não-planejadas deriva de uma linha de base histórica ao longo de um período pré-determinado. Atividades planejadas não implementadas utilizariam uma linha de base estabelecida de acordo com o estoque de carbono existente no início do compromisso de REDD.

A Indonésia, assim como a CfrN, define três fases distintas de atividade que exigiriam três fontes de financiamento separadas. As atividades de preparação alavancariam ODA através de canais bilaterais e/ou multilaterais. Uma fase de transição utilizaria tanto ODA como mecanismos voluntários de financiamento e faria a transição para um mercado pré-2012. Um acordo pós-2012 utilizaria uma abordagem vinculada ao mercado, incluindo mercados de emissões domésticas, regionais ou internacionais, acompanhado de metas maiores para as Partes do Anexo I.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4, Material Inédito  
*Data:* Agosto de 2008

### RESUMO

O Japão reconhece que é importante reduzir e, além disso, reverter a perda de cobertura florestal em todo o mundo através de MFS, incluindo proteção, restauração, florestamento e reflorestamento, bem como maiores esforços para prevenir a degradação florestal. Devido às diversas e essenciais funções das florestas, as políticas e medidas para tratar do desmatamento e da degradação deveriam focar não somente o fluxo de carbono, mas também a promoção de MFS e a conservação da biodiversidade.

O nível de referência seria estabelecido com base na mudança histórica de recursos florestais. Mais especificamente, ele seria estabelecido monitorando-se os recursos florestais atuais e fazendo uso tanto de imagens de satélite como pesquisas em solo em florestas, em comparação com uma avaliação dos recursos florestais do passado, valendo-se de imagens de satélite anteriores e/ou inventários florestais. Como os recursos florestais encontram-se em circunstâncias diversas entre cada país, o estabelecimento de níveis de referência deve ser conduzido com base na mudança histórica dos recursos florestais, levando-se em conta os fatores socioeconômicos quando necessário, de forma a refletir contextos por país/regiões de forma objetiva e flexível. Nos países em que as taxas de desmatamento e degradação são baixas, mas com previsão de aumento, as futuras tendências socioeconômicas também poderiam estar refletidas ao estabelecer o nível de referência. Nos casos em que o desmatamento/degradação de florestas está perto do fim, isso também deve estar refletido nos níveis de referência.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2

*Data:* Fevereiro de 2007

### RESUMO

A Malásia acredita que as abordagens políticas para o REDD devem basear-se tanto em medidas tomadas quanto em custos de oportunidades precedentes. Os países em desenvolvimento que mantiveram grandes áreas de florestas naturais sofrerão grande pressão para converter as florestas em outros usos para a terra e os incentivos para estes países deveriam ser maximizados, para assegurar que a floresta remanescente não seja desmatada. Tanto a proteção total como práticas MFS deveriam ser consideradas como práticas positivas para evitar o desmatamento.

A Malásia acredita que fundos novos e adicionais terão de ser reservados para os países em desenvolvimento para auxiliar na capacitação técnica e institucional para a implementação de medidas efetivas para o REDD. Incentivos positivos deveriam ser voluntários, flexíveis e oferecer uma gama de incentivos que seriam aplicáveis a uma diversidade de ambientes florestais, regimes de manejo e condições socioeconômicas e de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

A Malásia tem o receio de que os países que anteciparem um mecanismo que recompense as reduções de emissões em comparação com uma linha de base histórica abrirão espaço para um incentivo perverso que aumentaria a colheita de madeira nos anos anteriores ao início do primeiro período do compromisso. A Malásia identifica as vantagens de uma abordagem nacional para o mecanismo REDD, visto que isto simplificaria procedimentos de relatório e validação. Porém, abordagens baseadas em projeto também deveriam ser consideradas.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4/Add.3, Material Inédito

*Data:* Agosto de 2008

### RESUMO

Para melhorar a relação custo-benefício das atividades do REDD, será fundamental contabilizar sua participação no mercado de carbono. O México considera que as discussões sobre como integrar as atividades do REDD de forma adequada dentro deste mercado devem ser conduzidas no contexto da Segunda Revisão do Protocolo de Kyoto. Os fundos desempenharão um papel crucial para atividades tais como capacitação, conservação e MFS, que necessitam de recursos a fundo perdido para serem desenvolvidas.

Os níveis de referência das emissões, em todas as escalas de implementação, devem basear-se em dados históricos das emissões de GEE e devem levar em consideração as circunstâncias nacionais. O México recomenda enfaticamente um sistema nacional de contabilidade para facilitar a produção de relatórios e para evitar duplicidade na contagem das reduções de emissões ou remoções. A implementação de atividades no nível nacional ou sub-nacional será determinada por cada país de forma voluntária, como direito soberano, levando em consideração suas circunstâncias e exigências específicas. Porém, em alguns países as abordagens sub-nacionais talvez representem um passo em direção ao desenvolvimento de abordagens nacionais.

## NOVA ZELÂNDIA



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.2, Submissão recente  
*Data:* Maio de 2009

### RESUMO

Qualquer mecanismo REDD precisa fornecer aos países em desenvolvimento recursos financeiros adequados para compensá-los pelos benefícios econômicos dos quais eles abdicam ao reduzirem o desmatamento e a degradação.

Para fornecer os recursos financeiros primordiais para o REDD, uma abordagem baseada no mercado provavelmente será mais duradoura e economicamente eficiente do que uma abordagem baseada em fundos. Contudo, ambas as abordagens têm seus benefícios e suas limitações e a Nova Zelândia está aberta a explorar ambas as opções.

Um mecanismo de base nacional (seja baseado no mercado ou em fundos) provavelmente será significativamente superior a um mecanismo baseado em projetos, basicamente porque ele pode lidar melhor com os vazamentos internos de um país. A Nova Zelândia apóia uma abordagem de fases para auxiliar o desenvolvimento de uma abordagem nacional por parte dos países, mesmo que uma abordagem baseada em mercados no nível nacional seja acordada como mecanismo primário de financiamento.

Qualquer mecanismo deve ter o potencial máximo de cobertura global, visto que esta é a melhor maneira de abordar questões de vazamento internacional. O mecanismo não deveria aplicar ajustes arbitrários aos incentivos financeiros para ‘corrigir’ eventuais vazamentos internacionais.

## NORUEGA



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5  
*Data:* Setembro de 2007

### RESUMO

A Noruega acredita que o foco do REDD deve ser tanto o desmatamento quanto a degradação devido às altas taxas de emissões dessas atividade. Reconhecendo, no entanto, que há países com baixas taxas de desmatamento que podem aumentar no futuro, e países com taxas atualmente baixas devido ao fato de que muitas florestas já foram devastadas, a Noruega apóia um regime futuro que promova ao mesmo tempo a conservação de florestas existentes, manejo florestal sustentável e incentivos para aumentar estoques de carbono nas florestas existentes.

A Noruega acredita, a princípio, que níveis de referência devam ser baseados em dados de emissões históricas, mas reconhece que para muitos países com baixas taxas de desmatamento e degradação tais taxas históricas não gerariam incentivos suficientemente fortes. Um futuro regime de REDD deve operar no nível nacional para reduzir o risco de vazamento nacional.

Reconhecendo as diferentes capacidades nos países em desenvolvimento, bem como as taxas variáveis de desmatamento e degradação, a Noruega apóia uma abordagem de etapas usando incentivos e abordagens políticas diferenciadas para encorajar uma participação mais ampla. Uma combinação de mecanismos baseados em mercados e fundos é necessária. Mercados podem ser úteis para mobilizar recursos do setor privado, mas seriam menos efetivos para países com baixas taxas de desmatamento. Além disso, um mecanismo vinculado ao mercado não seria relevante para a construção de capacidades. Se um mecanismo de fundos for introduzido sem abatimento em metas de redução, é essencial que um sistema robusto e sustentável para mobilizar recursos financeiros seja estabelecido. O leilão de permissões poderia ser usado para financiar um mecanismo de REDD baseado em fundos.



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/AWGLCA/2008/MISC.5, Submissão recente

*Data:* Abril de 2009

### RESUMO

O Panamá propõe um mecanismo de REDD de dois trilhos compreendendo um trilho de abatimento em metas de redução e um trilho de não-abatimento pago por fundos. Um mecanismo flexível de dois trilhos para REDD+ acomodaria as múltiplas atividades contempladas no REDD.

O trilho 1 estabelecerá um Mercado oficial que permitiria que as reduções de emissões de atividades de REDD fossem vendidas em mercados internacionais e usadas por países do Anexo I para cumprir suas próprias metas de redução. Atividades aceitáveis sob o Trilho 1 seriam aquelas nas quais um diferencial nas emissões ou estoques de carbono poderia ser medido, como redução de emissões por desmatamento e degradação florestal e também aumentos nos estoques de carbono.

O trilho 2 seria financiado através de fundos e apoiaria a construção de capacidades, esforços de conservação e manejo florestal sustentável. Atividades para reduzir emissões de desmatamento e degradação florestal também poderiam ser financiadas através de fundos dependendo de preferências dos países hospedeiros. As Partes países desenvolvidos comprometeriam uma porcentagem de permissões de emissões leiloadas em mercados nacionais ou internacionais para gerar um fluxo financeiro sustentável e suficiente para um fundo de REDD.

Cenários de referência de emissões de GEE por desmatamento devem levar em conta tendências históricas e assegurar que países com taxas de desmatamento tradicionalmente baixas não estejam em desvantagem, e que países com altas taxas históricas de desmatamento não sejam remunerados. Um possível mecanismo para garantir justiça é usar a linha de base global de desmatamento para o mundo em desenvolvimento como referência.

\* em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá



*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2007/MISC.2/Add.1, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14/Add.3

*Data:* Novembro de 2007

### RESUMO

Tuvalu sugere, em primeiro lugar, que definições adequadas de desmatamento e degradação que minimizem potenciais resultados perversos precisam ser desenvolvidas. A conservação dos estoques de carbono existentes deve ser explorada fora do mecanismo REDD, visto que não há emissões sendo comercializadas.

O estabelecimento de reduções de emissões a partir de linhas de base tem um número de problemas inerentes. Pode ser difícil determinar se uma área foi destinada à exploração de madeira ou destruição da floresta ou não, e deve ser levado em conta se as linhas de base são para emissões líquidas ou brutas. Estabelecer uma análise posterior (ex post) dessas linhas de base pode ajudar a resolver parte dessas preocupações.

Tuvalu ressalta três abordagens de mercado para o REDD, mas demonstra que há complicações inerentes a estas abordagens que necessitam ser adequadamente tratadas antes que decisões sejam tomadas acerca da adoção destes mecanismos. Isto inclui o risco de vazamento com linhas de base no nível de cada projeto, a inundação dos mercados de carbono, e dificuldades de mensuração. Tuvalu sugere as seguintes possíveis soluções para estes problemas: o uso de uma linha de base nacional para vazamentos, mercados duplos, aumento nas metas do Anexo I, ou créditos REDD descontados para evitar a desvalorização do mercado, e uma ampla disponibilidade de metodologias de sensoriamento remoto e de sensoriamento de solo em países em desenvolvimento para permitir mensurações consistentes. Tuvalu também propõe que fontes de financiamento que não de mercado também deveriam ser exploradas e poderiam ser utilizadas para capacitação e preparação para o REDD.



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

*Código UNFCCC do Documento:* FCCC/SBSTA/2006/MISC.5, FCCC/SBSTA/2007/MISC.14, FCCC/SBSTA/2008/MISC.4

*Data:* Março de 2008

## RESUMO

Os Estados Unidos entendem que os esforços para mitigar o desmatamento deveriam ocorrer dentro do contexto mais amplo do manejo florestal sustentável e do desenvolvimento sustentável. Ainda que o desmatamento seja uma fonte importante de emissões, as emissões também ocorrem em decorrência da degradação da terra e oportunidades para aumentar o armazenamento de carbono em terras manejadas estão alinhadas com os objetivos mais amplos do manejo florestal sustentável. Os Estados Unidos apóiam aumentar a prioridade já dada por órgãos existentes à conservação de florestas e à redução de emissões de desmatamento.

Tanto as atividades nacionais como as de nível de projeto têm pontos fortes e fracos e precisam ser mais exploradas. As abordagens baseadas em projetos são úteis para atacar preocupações específicas e assegurar que haja um vínculo causal entre uma ação e uma resposta. O deslocamento ou vazamento de emissões é uma questão metodológica crucial associada ao REDD no nível do projeto/na escala sub-nacional, mas também pode ocorrer em relação à contabilidade de nível nacional. As abordagens nacionais são mais amplas em escopo e podem capturar mudanças nas emissões dentro das fronteiras de um país. Contudo, é mais difícil medir os impactos das mudanças políticas sobre as tendências de emissão nacionais por meio de abordagens nacionais. Tanto abordagens nacionais como baseadas em projeto para este programa de trabalho deveriam ser consistentes com a Orientação para Boas Práticas do IPCC para LULUCF.

Questões de definição devem ser examinadas como parte do programa de trabalho técnico; uma definição clara ou um conjunto de definições para degradação florestal dentro do contexto REDD se fazem especialmente necessários.

# **PROPOSTAS NÃO- GOVERNAMENTAIS**

## CENTRO DE AGRONOMIA TROPICAL DE PESQUISA E ENSINO (CATIE)



### “ABORDAGEM ANINHADA”

*Autores:* Lucio Pedroni, Michael Dutschke, Manuel Estrada Porrua, Axel Michaelowa, Andrea García Guerrero e Walter Oyhantçabal  
*Website:* [www.catie.ac.cr](http://www.catie.ac.cr)  
*Data:* Maio de 2009

### RESUMO

A “Abordagem Aninhada” inicialmente proposta pelo CATIE e pela Associação Alemã de Comércio de Emissões (BVEK) visa combinar as respectivas vantagens da contabilidade nacional e da baseada em projetos e mecanismos de geração de créditos. A abordagem apóia a contabilidade de GEEs em nível nacional, mas permite que reduções de GEE alcançadas por projetos recebam créditos.

Reduções de emissões em nível de projeto devem ser calculadas de forma conservadora e quaisquer créditos gerados por projetos devem ser deduzidos dos créditos em nível nacional. Qualquer projeto que pretenda receber créditos deve ser apoiado pelo respectivo governo do país, que pode exigir uma parte desses créditos como garantia para vazamentos e permanência. Projetos também podem ser autorizados em países que ainda não se qualificam para sistemas de contabilidade nacional.

Desde seu lançamento, a Abordagem Aninhada vem sendo apoiada por diversas organizações e países latino-americanos (inclusive Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá).

## CENTER FOR CLEAN AIR POLICY (CCAP)



### “ABORDAGEM DE DUPLO MERCADO”

*Autores:* Matthew Ogonowski, Ned Helme, Diana Movius, Jake Schmidt  
*Website:* [www.catie.ac.cr](http://www.catie.ac.cr)  
*Data:* Agosto de 2007

### RESUMO

A assim chamada “abordagem de duplo mercado”, desenvolvida pelo Center for Clean Air Policy (CCAP) propõe a criação de um novo mercado de carbono que seria separado do mercado de carbono pós-2012 e negociaria exclusivamente créditos REDD. As reduções de emissões neste mercado poderiam ser utilizadas pelas Partes do Anexo I para alcançar metas nacionais, mas os créditos não seriam fungíveis entre os dois mercados.

O conceito por trás da criação de um mercado independente é separar os impactos e riscos da integração de um mercado de REDD com o regime pós-2012. Há preocupações no sentido de que o desenvolvimento de um mercado único poderia correr o risco de ser inundado por um fornecimento excessivo de créditos de REDD e aumentar as preocupações associadas à volatilidade e à permanência, gerando descontinuidade no mercado de carbono pós-2012. A abordagem de duplo mercado dá tempo para que o programa de REDD se desenvolva antes de estabelecer qualquer vínculo com o mercado.

A Conferência das Partes - COP decidiria a quantidade máxima de créditos derivados das atividades REDD que poderiam ser utilizadas para cumprir metas nacionais. As Partes do Anexo I especificariam desde o início quantas compensações e de quais países em desenvolvimento seriam compradas, gerando, assim, um nível de demanda mínimo para o REDD.



## CENTRE FOR SOCIAL AND ECONOMIC RESEARCH ON THE GLOBAL ENVIRONMENT (CSERGE)



### “INCENTIVOS COMBINADOS”

*Autores:* Bernardo Strassburg, Kerry Turner, Brendan Fisher, Roberto Schaeffer, Andrew Lovett

*Website:* [www.uea.ac.uk/env/cserge](http://www.uea.ac.uk/env/cserge)

*Data:* Janeiro de 2008

### RESUMO

A proposta do CSERGE oferece um mecanismo de compensação com “incentivos combinados” para reduzir as emissões em países em desenvolvimento. Strassburg et al. ressalta dois problemas dos mecanismos existentes. Em primeiro lugar, os mecanismos de nível de projeto ou de nível nacional fracassaram no passado devido a vazamentos nacionais ou internacionais, respectivamente. Em segundo lugar, incentivos adicionais deveriam ser concedidos a países que vêm conservando suas florestas nos últimos anos (países do quadrante IV da Tabela 1). Para abordar estes problemas, o mecanismo de “incentivos combinados” propõe que cada país receba dois tipos de incentivos simultaneamente. O primeiro é baseado no conceito de “redução compensada” e é um incentivo para a redução de emissões em comparação com suas emissões históricas. O segundo segue o conceito de “emissões esperadas”, que conecta o incentivo ao estoques de carbono dos ecossistemas, enquanto mantém a adicionalidade global. É um incentivo para que ele emita menos do que emitiria se seguisse um comportamento médio dado pela linha de base global da taxa de emissões. Esses incentivos combinados permitem que fundos sejam alocados tanto para grandes emissores quanto para os países com taxas atualmente baixas de desmatamento. A proporção de fundos para cada uma dessas atividades é ajustável e pode ser decidida pela Conferência das Partes – COP. Para evitar vazamentos nacionais, o mecanismo principal operaria no nível nacional e, uma vez que os incentivos seriam alocados por tonelada de CO<sub>2</sub> evitada, ele poderia acomodar qualquer fonte de financiamento.

## ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND (EDF), INSTITUTO DE PESQUISA DA AMAZÔNIA (IPAM) E INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)



### “REDUÇÕES COMPENSADAS”

*Autores:* Marcio Santilli, Paulo Moutinho, Stephan Schwartzman, Daniel Nepstad, Lisa Curran, Carlos Nobre

*Website:* [www.edf.org](http://www.edf.org), [www.ipam.org](http://www.ipam.org), [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

*Data:* Dezembro de 2006

### RESUMO

A abordagem de “reduções compensadas” do EDF, IPAM e ISA é uma das propostas que primeiro abordou a redução de emissões de desmatamento e pretende oferecer uma visão ampla e estimular o debate. Neste sentido, ela deve ser entendida como uma categoria guarda-chuva e não uma proposta detalhada para as negociações. Santilli et al. utiliza um conceito simples: qualquer país (não-Anexo I) que reduzir os níveis nacionais de desmatamento abaixo de uma linha de base pré-determinada estaria qualificado a receber compensações através de um mercado global de carbono.

As reduções de emissões seriam relativas a um nível histórico médio de desmatamento, apesar dos níveis de referência poderem ser adequados às diferentes circunstâncias nacionais; por exemplo, países com alta cobertura vegetal e baixo desmatamento poderiam receber créditos se os níveis de referência forem estabelecidos acima de seu nível recente de desmatamento. Santilli et al. também sugerem uma revisão para baixo dos níveis de referência ao longo do tempo para chegar ao desmatamento zero.

A compensação seria alocada a posteriori e seria medida utilizando-se uma combinação de sensoriamento remoto, levantamentos de campo e/ou inventários florestais. O mecanismo também operaria no nível nacional para evitar vazamentos dentro do país e para assegurar a adicionalidade e a permanência.

## GREENPEACE



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

### FLORESTAS PARA O CLIMA/“TDERM”

*Autores:* Bill Hare, Kirsten Macey, Christoph Thies, Roman Czebiniak

*Website:* [www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org)

*Data:* Dezembro de 2007

#### RESUMO

A proposta Florestas para o Clima/Mecanismo de Redução de Emissões pelo Desmatamento Tropical sugere um fundo vinculado ao mercado para financiar o REDD. Um elemento crítico dessa proposta é atingir tanto objetivos de clima quanto de biodiversidade respeitando os direitos de comunidades locais e povos indígenas.

Países industrializados proveriam financiamentos para o REDD- através de um novo título denominado Unidades de Redução de Emissões pelo Desmamento Tropical (TDERUs) – proporcional às suas Unidades de Quantidade Atribuída (UQA) no segundo período de compromisso. O fator diferencial relevante entre um mecanismo vinculado ao mercado e mecanismos de mercado de abatimento de emissões (ver pag. 98-99) é que as reduções nas emissões florestais seriam adicionais às reduções domésticas a serem feitas por países industrializados, e não em troca dessas.

O mecanismo pretende alinhar adequadamente os incentivos tanto para países industrializados quanto para países em desenvolvimento. Os países industrializados que tomassem medidas domésticas drásticas para reduzir emissões em seu território teriam que fazer apenas uma contribuição mínima para o REDD. Países em desenvolvimento que monitorem relatem suas ações de mitigação de forma acurada receberiam um retorno maior por seus serviços, o que daria um forte incentivo para os países continuamente aprimorarem seus programas de proteção florestal.

## HUMANE SOCIETY INTERNATIONAL (HSI)



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

### “ABORDAGEM DE RESERVATÓRIOS DE CARBONO”

*Autores:* Alistair Graham, Rod Holesgrove, Nicola Beynon

*Website:* [www.hsi.org.au](http://www.hsi.org.au)

*Data:* Abril de 2009

#### RESUMO

A HSI propõe um marco referencial único para reservatórios de carbono terrestre e AFOLU, que funde LULUCF com o marco referencial REDD proposto. Neste sentido, Graham et al. recomendam uma “abordagem de reservatórios de carbono” flexível, que recompensaria os países em desenvolvimento com altas e baixas taxas históricas de desmatamento pela manutenção e maximização de seus estoques de carbono com base em até que ponto a terra é mantida em, degradada abaixo ou restaurada à sua capacidade natural de contenção de carbono. Para evitar resultados perversos – tais como o desmatamento de florestas naturais primárias para o cultivo de culturas de biocombustíveis ou de fibras de curta rotação – Graham et al. afirmam que qualquer acordo pós-2012 deve adotar definições adequadas e protocolos de contabilidade e de relatório associados para florestas, desmatamento e degradação florestal.

Os fundos para o novo mecanismo seriam gerados através de duas vertentes: i) A HIS apóia a inclusão de um mecanismo de mercado de REDD no acordo pós-2012 da UNFCCC e propõe o uso de fundos para permitir pagamentos imediatos a serem convertidos em fontes de renda permanente para proprietários e comunidades, condicionados ao sucesso contínuo da manutenção e restauração de ecossistemas; ii) A HSI encoraja fortemente os governos e outras agências a manter e substancialmente aumentar os fundos (paralelamente aos recursos do mercado) para a proteção dos estoques de carbono e da biodiversidade, e apela aos governos doadores para que dêem assistência aos governos receptores no desenvolvimento de listas de áreas prioritárias onde a efetiva proteção de paisagens densas em carbono com grande valor de conservação da biodiversidade possa ser alcançada.

## INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IDDRI) & CENTRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES SUR LE DÉVELOPPEMENT INTERNATIONAL (CERDI)



### “ESFORÇOS BEM-SUCEDIDOS COMPENSADOS”

*Autores:* P. Combes Motel, R. Pirad, J.-L. Combes  
*Website:* [www.iddri.org](http://www.iddri.org), [www.cerdi.org](http://www.cerdi.org)  
*Data:* Junho de 2008

#### RESUMO

A metodologia de “esforços bem-sucedidos compensados” apresentada pelo IDDRI e pelo Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (RCEDI) visa contornar questões metodológicas no estabelecimento de linhas de base utilizadas por outras propostas.

Os autores ressaltam questões temáticas no cálculo das reduções de emissões que se valem de uma estimativa ou negociação antecipada de um valor estimado. Sugerem que qualquer metodologia deste tipo poderia levar à geração de créditos “falsos” e à alocação errônea de recursos financeiros que de fato comprometeriam a eficiência de qualquer futuro mecanismo de REDD.

A proposta, ao invés disso, sugere que os fundos para REDD apoiem as políticas domésticas de um país e as medidas para evitar o desmatamento (chamadas de “esforços bem-sucedidos”). Para identificar a efetividade destes esforços, os autores utilizam um modelo econométrico que explicitamente leva em consideração os vetores estruturais posteriores ao desmatamento, utilizando assim os seus valores reais durante o período de crédito. Pressupõe-se que quaisquer efeitos que não resultem de vetores estruturais sejam resultado da ação doméstica e, caso sejam positivos, podem ser utilizados como critérios para ajudar em outras questões de financiamento.

## INTERNATIONAL INSTITUTE FOR APPLIED SYSTEMS ANALYSIS (IIASA)



### “EVITANDO “AR QUENTE” DO REDD”

*Autores:* Michael Obersteiner, et al.  
*Website:* [www.iiasa.ac.at](http://www.iiasa.ac.at)  
*Data:* Outubro de 2008

#### RESUMO

A proposta do IIASA visa abordar duas exigências-chave de qualquer potencial mecanismo REDD: em primeiro lugar, a geração de créditos REDD de forma mensurável, reportável e verificável (MRV); e, em segundo lugar, a provisão de reduções sustentáveis nas emissões.

Para assegurar créditos MRV, o IIASA defende uma modelagem de cenários de referência baseada na coordenação da coleta, divulgação e processamento de dados de observação da terra e informações sobre vetores de desmatamento de modo consistente em nível global. Esta informação deve ser divulgada numa plataforma conjunta que permitiria a determinados países e projetos computar cenários de referência de emissões para o planejamento de esforços reais de REDD e para determinar linhas de base de compensação dependendo dos resultados das negociações que estão ocorrendo. A coleta coordenada de dados globais levará a custos de monitoramento drasticamente mais baixos, bem como ganhos em consistência.

Para maximizar os benefícios colaterais dos serviços ambientais, Obersteiner et al. utilizam um leilão holandês de créditos REDD. O leilão pode ser implementado de duas maneiras: ou maximizando o valor do ecossistema por unidade REDD ou a mitigação de GEE por unidade de redução de emissão fungível de Anexo I.

## JOANNEUM RESEARCH



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

### “ABORDAGEM DE CORREDOR”

*Autores:* Bernhard Schlamadinger et al.

*Website:* [www.joanneum.at](http://www.joanneum.at), [www.ucsusa.org](http://www.ucsusa.org), [www.whrc.org](http://www.whrc.org), [www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br)

*Data:* Fevereiro de 2007

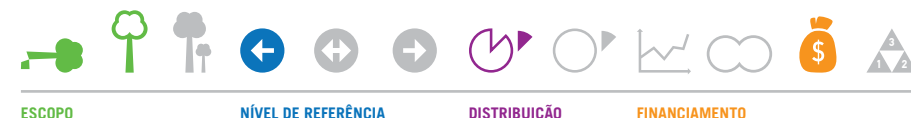
### RESUMO

A “abordagem de corredor” apresentada pelo Joanneum Research, UCS, WHRC e IPAM propõe o uso de corredores – intervalos entre níveis de referência máximos e mínimos – para abordar questões de variação interanual dos níveis de desmatamento. Os países estabeleceriam, através de negociação ou de outra forma, um nível máximo e um nível mínimo de emissões, baseados nas emissões durante um determinado período a ser acordado.

Se um país reduzir suas emissões abaixo do nível mínimo de referência, serão gerados créditos. Há duas formas de se lidar com as emissões acima e dentro do corredor. Na Variante 1, se um país aumentar suas emissões acima do nível de referência mais alto, então um débito de futuros créditos se inicia, assim como na proposta brasileira. Para emissões dentro do corredor, os créditos seriam gerados mas não seriam negociáveis até que as emissões caíssem abaixo do limite mínimo. Na Variante 2, não há débito pra emissões acima do nível máximo. Emissões dentro do corredor seriam descontadas e créditos por tonelada de emissões aumentariam de zero no nível máximo a 1 no nível mínimo.

A vantagem de uma reserva de créditos, conforme a variante 1, é evitar negociações complexas de níveis específicos para desconto, bem como a percepção de que as reduções dentro do corredor são de segunda classe. A vantagem de se descontar créditos, como na Variante 2, é a possibilidade de se gerar investimentos prévios mais fortes, em oposição ao intervalo de tempo imposto por se reservar os créditos até que se atinja o nível mínimo de referência.

## JOINT RESEARCH CENTRE (JRC)



ESCOPO

NÍVEL DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

FINANCIAMENTO

### “CONTABILIDADE DE INCENTIVOS”

*Autores:* Danilo Mollicone et al.

*Website:* [www.jrc.it](http://www.jrc.it)

*Data:* Março de 2006

### RESUMO

O JRC propõe um novo mecanismo de contabilidade para o REDD que recompensa tanto a redução do desmatamento em países com altas taxas de conversão florestal, quanto a manutenção de baixas taxas de conversão florestal nos demais países. Mollicone et al. ressaltam que se um mecanismo hipotético de remuneração basear-se unicamente em linhas de base nacionais, os países com baixas taxas de conversão florestal irão receber pouco ou nenhum benefício em fazer reduções adicionais.

As linhas de base do mecanismo são estabelecidas usando uma média ao longo de um período de referência histórica entre duas datas negociáveis. Para evitar vazamentos intra-nacionais, Mollicone et al. afirmam que qualquer linha de base deveria ser estabelecida no nível nacional.

A geração de créditos é determinada através de uma taxa de conversão histórica de um país em relação à média global. Mollicone et al. propõem que os países cujas emissões estejam abaixo da metade da linha de base da média global sejam recompensados por manter seus estoques de carbono e países com emissões superiores à metade dessa média sejam recompensados por reduzir suas emissões de conversão florestal.

## TERRESTRIAL CARBON GROUP (TCG)



### CARBONO TERRESTRE

*Autores:* Ralph Ashton et al.

*Website:* [www.terrestrialcarbon.org](http://www.terrestrialcarbon.org)

*Data:* Julho de 2008

### RESUMO

O TCG demonstra que todos os tipos de carbono terrestre são essenciais para combater as mudanças climáticas e, portanto, devem ser incluídos em qualquer futura resposta às mudanças climáticas. Inicialmente isto incluiria turfa, floresta e terras que podem tornar-se florestas secundárias; outras áreas poderão ser incluídas na medida em que a ciência se desenvolver.

De acordo com esta proposta, os países em desenvolvimento receberiam um “orçamento nacional de carbono terrestre” que eles podem emitir ao longo de um período de tempo futuro fixo (digamos, 50 anos). O orçamento nacional poderia ser definido como qualquer carbono terrestre que não tenha sido carbono terrestre protegido numa data pré-determinada; “protegido” refere-se ao carbono atualmente protegido por lei ou que provavelmente não será emitido ao longo do período fixo devido a restrições econômicas ou biofísicas. O sistema, portanto, se aplica a países em desenvolvimento com diferentes circunstâncias históricas e atuais de carbono terrestre.

Os créditos seriam alocados pelo sistema proposto em troca de emissões menores do que o orçamento nacional e/ou a criação de qualquer novo carbono terrestre protegido, salvaguardando-se, assim, a permanência. Receitas poderiam ser geradas a partir de vários mecanismos de mercado ou baseados em fundos. O sistema apóia-se na contabilidade e no monitoramento nacional do carbono terrestre, mas permite atividades no nível nacional e sub-nacional e a participação da iniciativa privada e da sociedade civil.

## THE NATURE CONSERVANCY (TNC)



### “ABORDAGEM DE INCENTIVOS INTEGRADOS”

*Autores:* Bronson Griscom, Greg Fishbein, Rane Cortez et al.

*Website:* [www.tnc.org](http://www.tnc.org)

*Data:* Maio de 2009

### RESUMO

Para resolver questões de integridade ambiental, equidade, eficiência e eficácia, a TNC baseia-se em elementos da “abordagem de fluxo de estoque”, assim como das propostas do Brasil e da COMIFAC. Os níveis de referência seriam estabelecidos usando uma média histórica de 10 anos, recalculável, de emissões por desmatamento e degradação. Países que reduzam suas emissões abaixo desse nível de referência receberão créditos negociáveis em mercados oficiais; países que fiquem acima de seu nível de referência terão que compensar a diferença em períodos futuros até que os créditos possam ser negociados. A contabilidade seria nacional, com a possibilidade de atribuição de créditos no nível de projetos (válido somente se as emissões nacionais estiverem abaixo do nível de referência). A TNC propõe um novo Mecanismo de Estabilização para tratar de vazamentos internacionais e questões de equidade entre países com baixas taxas históricas de desmatamento (ver Box 1). Esse mecanismo também seria usado para estabelecer garantias de permanência em períodos de performance subseqüentes, dessa forma resolvendo as questões de permanência. Os recursos desse mecanismo seriam gerados através de taxas aplicadas a todas as transações de créditos de REDD+. Esses recursos seriam então alocados a países tropicais em função de sua proporção de estoques de carbono florestal vulneráveis a emissões em períodos futuros de performance. O Mecanismo de Estabilização poderia ser complementado por fundos públicos de assistência internacional para o desenvolvimento, leilão de permissão de emissões ou taxas. A TNC sugere também financiamento suplementar para um Fundo de Preparação – que poderia vir de leilões de permissões ou outras fontes – para a construção de capacidades em países não-Anexo I e um Fundo Catalisador – baseado em títulos – para estimular o investimento privado em países onde os riscos de investimento são considerados mais altos.

## THE WOODS HOLE RESEARCH CENTER (WHRC)



### “ABORDAGEM DE FLUXO DE ESTOQUE COM METAS”

*Autores:* Andrea Cattaneo

*Website:* [www.whrc.org](http://www.whrc.org)

*Data:* Agosto 2008

#### RESUMO

A abordagem de “fluxo de estoque com metas” do WHRC propõe um novo mecanismo de alocação para tratar das preocupações encontradas nas propostas existentes. Cattaneo expande a abordagem da “redução compensada” de modo a evitar a penalidade implícita imposta aos países com taxas de desmatamento historicamente baixas, e propõe uma abordagem que segue a linha do “incentivo combinado”, mas com um conceito econômico subjacente mais forte.

Como a participação dos países no REDD será voluntária, o desenho de incentivos deve levar em consideração tanto as metas ambientais a serem atingidas como a distribuição de renda para encorajar a participação. Tentar fazer os dois tendo linhas de base como único parâmetro pode ser difícil porque há dois objetivos implícitos: atingir uma meta ambiental entre países participantes e maximizar a participação.

A abordagem básica de “fluxo de estoque” usa dois instrumentos, a linha de base e nível de retenção, para se chegar aos dois objetivos.

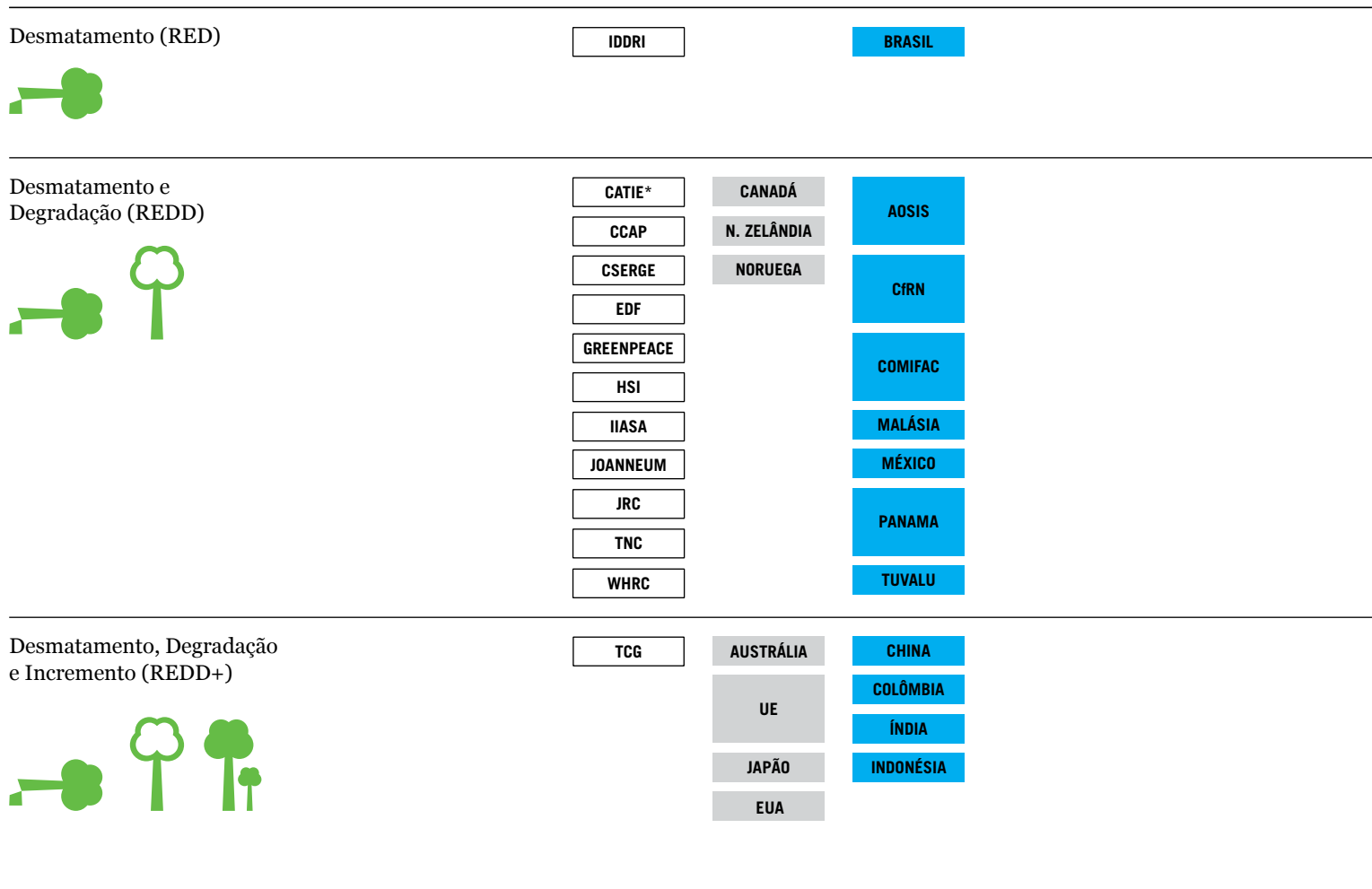
**COMO ELAS SE  
COMPARAM?**

**ESCOPO:**  
**O que as propostas incluem**

Este diagrama mostra o escopo proposto das diversas propostas governamentais e não-governamentais.

As propostas escolheram incluir emissões de desmatamento (RED), desmatamento e degradação (REDD) ou desmatamento, degradação e incremento (REDD+).

As propostas foram agrupadas em propostas não-governamentais, de países desenvolvidos e em desenvolvimento.



\* Apoiada por países da América Latina incluindo Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua and Panamá.

Boxes maiores destacam submissões feitas em nome de um grupo de países.

Propostas não-governamentais
  Países desenvolvidos
  Países em desenvolvimento



Há um forte consenso de que um futuro mecanismo para o REDD deveria incluir tanto o desmatamento como a degradação florestal. Um número crescente de propostas também enfatiza explicitamente que as atividades de incremento de carbono deveriam ser consideradas juntamente com as emissões reduzidas.

Apesar do desmatamento e da degradação serem as prioridades imediatas, existe um amplo reconhecimento de que um futuro mecanismo REDD deveria ter uma abordagem crescente, que passe a incluir atividades de degradação e/ou incremento nos estágios posteriores.

A justificativa por trás desta abordagem é principalmente de ordem prática por diversos motivos, incluindo: a viabilidade política das negociações no contexto da UNFCCC com um escopo mais simples; e a necessidade dos países em desenvolvimento de se capacitarem em práticas de contabilidade de carbono.

Existe um acordo de que somente os países em desenvolvimento podem participar do REDD, e que a participação deveria acontecer apenas de forma voluntária.

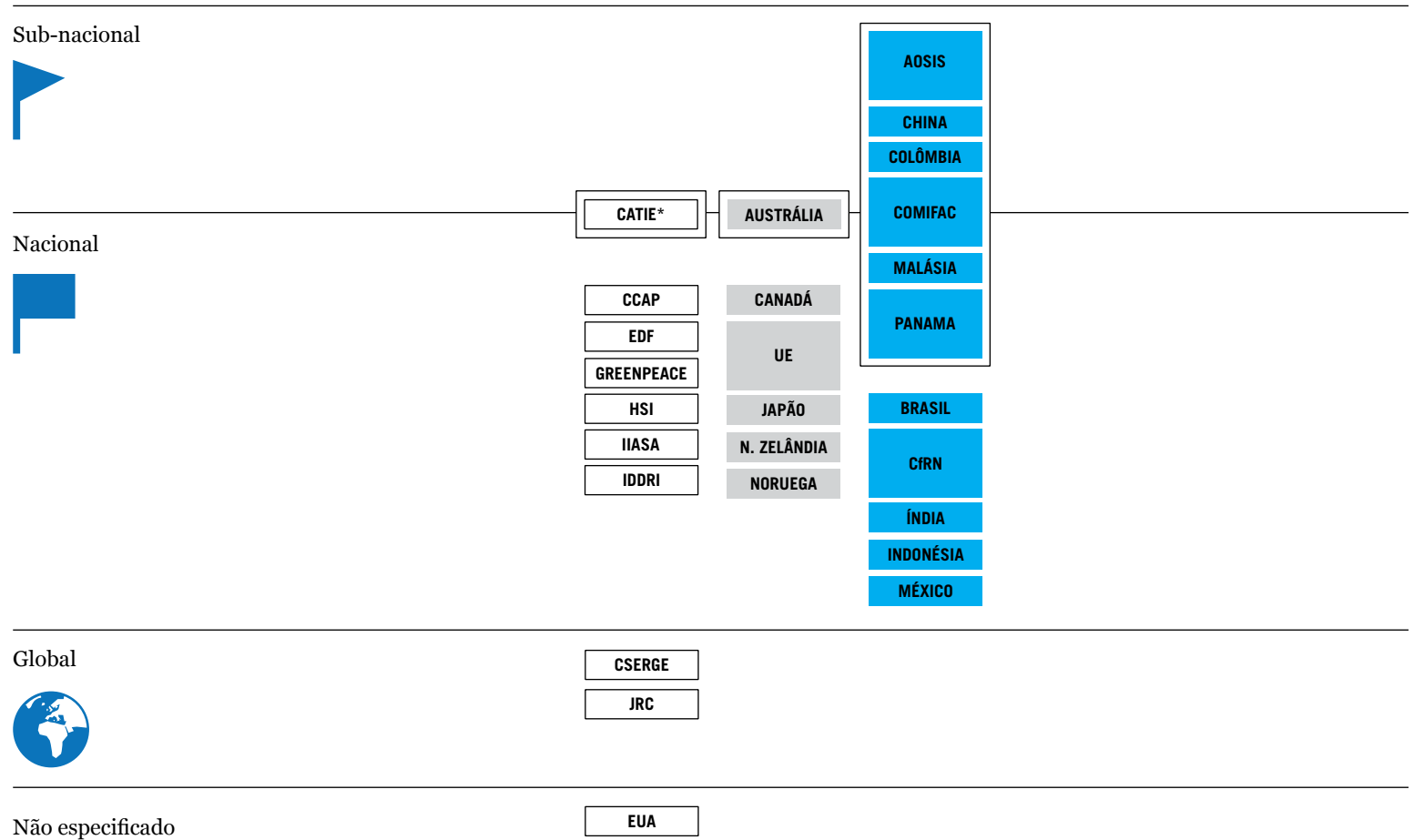
A maioria das propostas não faz menção aos sumidouros de carbono que podem ser incluídos no REDD.



## NÍVEL DE REFERÊNCIA: A escala dos níveis de referência

O diagrama ao lado mostra se as propostas especificam um nível de referência na escala sub-nacional, nacional ou global.

Algumas propostas utilizam níveis múltiplos de referência e são mostradas aqui na linha entre duas opções.



\* Apoiada por países da América Latina incluindo Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua and Panamá.

Boxes maiores destacam submissões feitas em nome de um grupo de países.

## NÍVEL DE REFERÊNCIA: O período de referência escolhido pelas propostas

O diagrama a seguir mostra a escolha do período de referência especificado pelas propostas.

As propostas especificam um nível de referência histórico, histórico ajustado e projetado.

As propostas de CATIE e da Indonésia utilizam dois períodos de referência e, portanto, são mostradas duas vezes no diagrama.

Histórico



CATIE*	BRASIL
CSERGE	ÍNDIA
GREENPEACE	INDONÉSIA
IIASA	
JRC	
TNC	
WHRC	

Histórico ajustado



EDF	CANADÁ	AOSIS	MALÁSIA
JOANNEUM	UE	CFRN	MÉXICO
	JAPÃO	COLÔMBIA	PANAMA
	NORUEGA	COMIFAC	

Projetado



CATIE*	AUSTRÁLIA	INDONÉSIA
TCG		

Não especificado

CCAP	N. ZELÂNDIA	TUVALU
HSI	EUA	
IDDR		

\* Apoiada por países da América Latina incluindo Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua and Panamá.

Boxes maiores destacam submissões feitas em nome de um grupo de países.

Propostas não-governamentais
  Países desenvolvidos
  Países em desenvolvimento

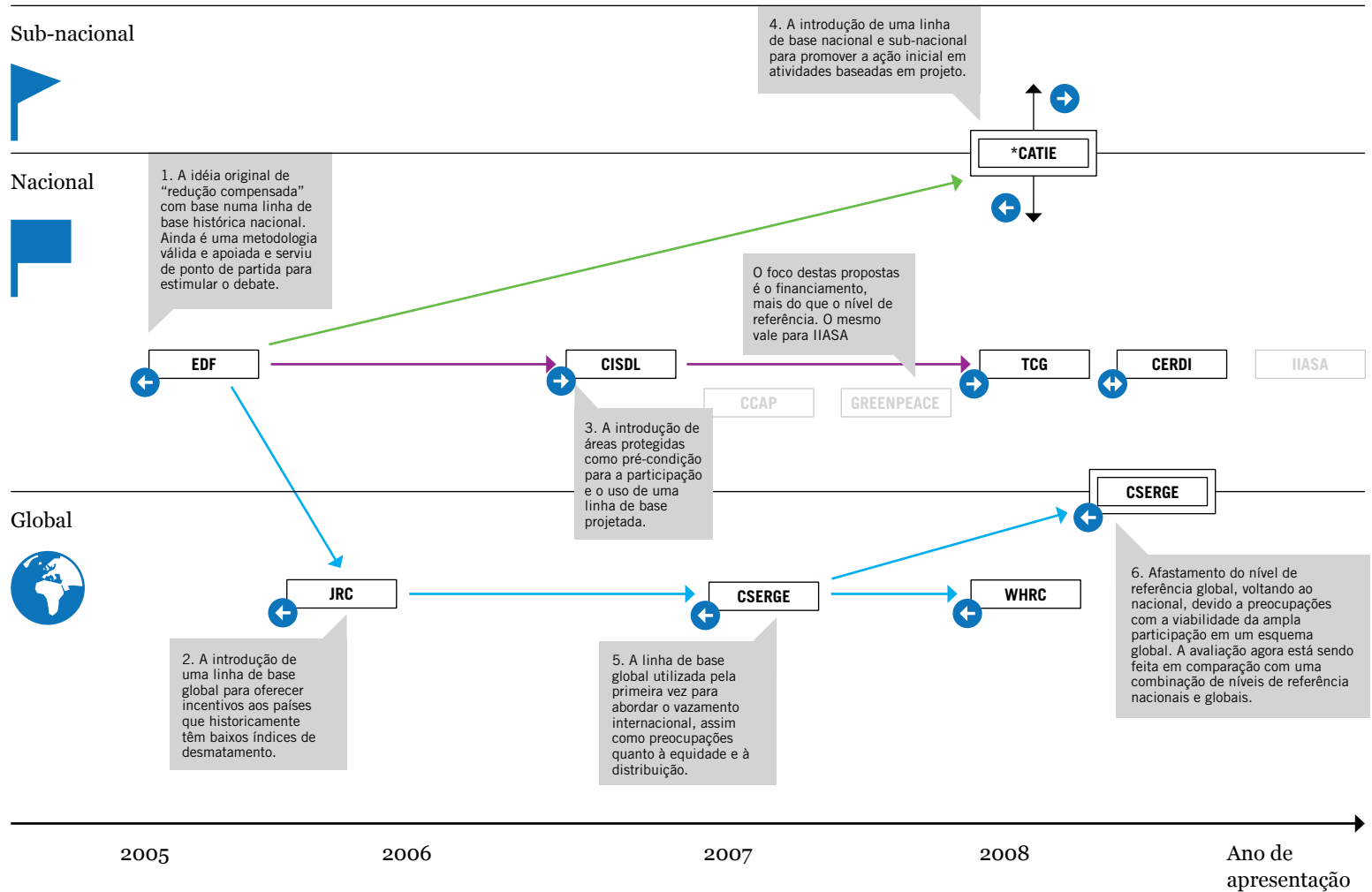
## NÍVEL DE REFERÊNCIA: A evolução do pensamento entre 2005 – 2008

O diagrama a seguir mostra a evolução da metodologia de nível de referência especificada em propostas não-governamentais.

Alguns marcos-chave no desenvolvimento das idéias foram ressaltados.

As propostas que utilizam duas escalas – ou seja, um nível de referência tanto sub-nacional como nacional – estão localizadas na linha que divide os dois grupos.

As flechas coloridas denotam a evolução das diferentes linhas de pensamento.



\* Chile e Paraguai não foram apresentados aqui por utilizarem basicamente a abordagem aninhada proposta do CATIE.

## NÍVEL DE REFERÊNCIA: Conclusões

### Escala

Há um forte consenso de que os níveis de referência deveriam estar na escala nacional. Somente algumas poucas propostas apoiaram níveis de referência sub-nacionais ou globais.

Níveis de referência sub-nacionais são utilizados por vários motivos:

- Para permitir que os países em desenvolvimento que não têm capacidade para criar mecanismos de contabilidade nacional de carbono participem em algum nível do REDD;
- Para fornecer um incentivo para atividades de nível de projeto e de nível nacional, conforme proposto na “abordagem aninhada”;
- Como mecanismo de transição no qual um país pode iniciar com um nível de referência sub-nacional, e passar para um nível de referência nacional no longo prazo;
- Níveis de referência globais foram propostos para tratar das preocupações relacionadas ao vazamento internacional (CSERGE, WHRC) e para permitir uma distribuição dos benefícios a países historicamente com baixos índices de desmatamento.

### Período de Referência

A maioria das propostas não governamentais e algumas propostas governamentais (Brasil, Índia e Indonésia) usam níveis de referência baseados em emissões históricas. A preferência por níveis de referência históricos tem as seguintes razões:

- Maximizar a integridade ambiental das reduções de emissões;
- Demonstrar reduções reais em relação às emissões por desmatamento do passado;
- Ser a metodologia mais simples de cálculo de reduções de emissões.

Há um consenso crescente entre as propostas governamentais sobre o uso de níveis de referência históricos com um fator de ajuste de desenvolvimento (FAD) (AOSIS, Canadá, CFRN, Colômbia, COMIFAC, UE, Japão, Malásia, México, Noruega, Panamá) ou um nível de referência projetado (Austrália e Indonésia). A diferença entre níveis

de referência históricos ajustados e projetados é principalmente metodológica, vez que ambas propõem mudanças futuras nos padrões de desmatamento.

O Instituto Joanneum propõe um limite mínimo e máximo dos níveis de referência conjuntamente com o desconto ou reserva de créditos de REDD para tratar de questões de variabilidade interanual e atividades "business as usual" (as coisas como estão).

O IDDRI é um caso singular neste contexto: ao invés de usar uma linha de base projetada ou histórica, propõe estabelecer esforços, analisando as causas atuais do desmatamento, considerando circunstâncias socioeconômicas nacionais.

A proposta do CATIE é interessante na medida em que especifica uma linha de base projetada, voltada para o futuro, para atividades sub-nacionais (alinhada com as atuais metodologias MDL F/R), mas utiliza uma linha de base histórica para atividades de nível nacional (em linha com a maioria das propostas). A Indonésia também utiliza linhas de base duplas. Estas, contudo, não estão de acordo com a escala na qual as atividades são medidas e ambas operam no nível nacional. Os índices históricos nacionais são propostos para emissões não-planejadas e um índice nacional projetado é proposto para atividades planejadas.

## DISTRIBUIÇÃO: Propostas com mecanismos de distribuição explícitos

O diagrama ao lado mostra as propostas que explicitamente definem um mecanismo de distribuição para criar incentivos positivos para a conservação de estoques de carbono “em pé”.

Há implicações distributivas inerentes ao REDD para países com alta cobertura florestal e baixas taxas de desmatamento (ver Box 1). Algumas propostas, tentando lidar com problemas de equidade e de vazamento para esses países, propõem mecanismos de distribuição.

As propostas podem tanto especificar uma redistribuição de recursos ou um mecanismo financeiro adicional (frequentemente chamado de fundo de estabilização).

As propostas do COMIFAC e JRC usam fundos tanto de redistribuição quanto adicionais, e estão portanto localizadas na linha entre os dois mecanismos de distribuição.

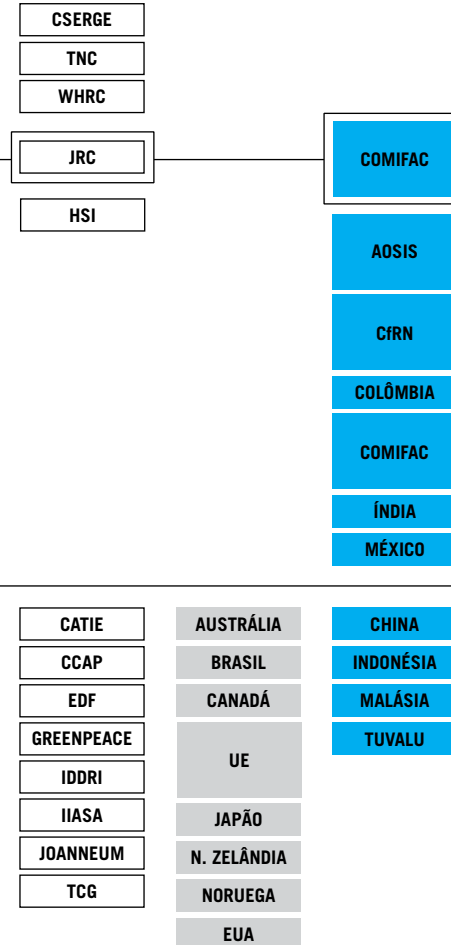
Mecanismo de Redistribuição



Mecanismo Adicional



Não especificado



\* Apoiada por países da América Latina incluindo Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua and Panamá.

Boxes maiores destacam submissões feitas em nome de um grupo de países.

Propostas não-governamentais    Países desenvolvidos    Países em desenvolvimento

## DISTRIBUIÇÃO: Conclusões

Geralmente, as implicações da distribuição estão implícitas na metodologia do nível de referência. A maioria dos países não sugere qualquer redistribuição adicional de benefícios (e a Nova Zelândia se posiciona fortemente contra isto). A implicação é que a maioria das propostas busca recompensar emissores historicamente altos e exclui os baixos.

Cinco propostas (COMIFAC, CSERGE, TNC, JRC e WHRC) especificam explicitamente um mecanismo para a redistribuição de recursos da receita gerada por reduções de emissões a países de alta cobertura florestal e baixo desmatamento (que, de outro modo, não se beneficiariam). Os mecanismos de distribuição seguem duas metodologias básicas:

- Uma linha de base histórica global é usada para alocar uma proporção de benefícios para países outros que aqueles gerando reduções de emissões (CSERGE, JRC);
- Uma porção fixa de recursos é recebida dos países gerando reduções de emissões e redistribuída a países com estoques de carbono (COMIFAC, TNC, WHRC);

Algumas propostas (AOSIS, CFRN, Colômbia, COMIFAC, HSI, Índia, México, Panamá) apóiam um fundo de estabilização que usaria um fluxo de recursos separado do financiamento de reduções de emissões para viabilizar atividades de conservação.

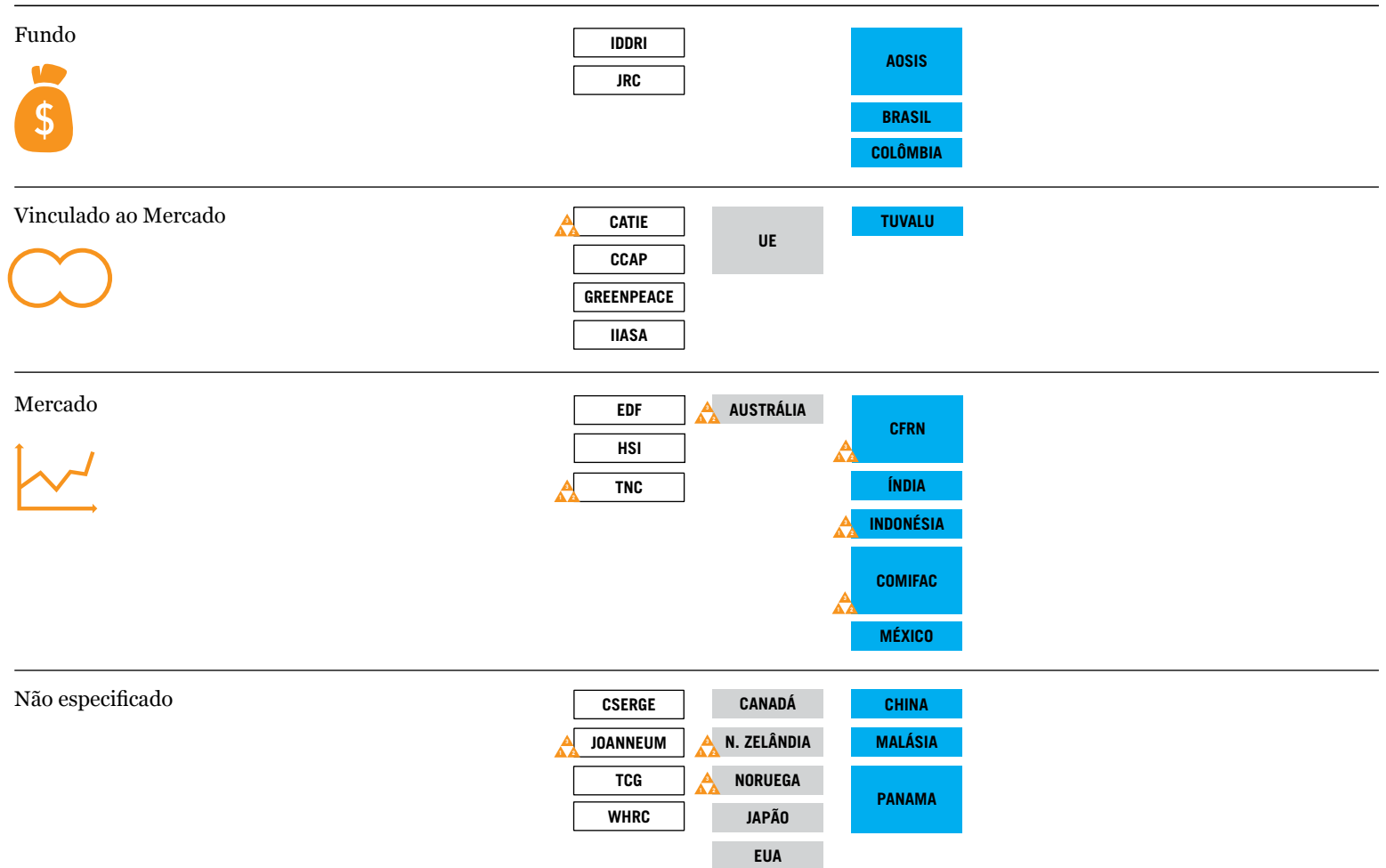
A TNC propõe que os recursos retidos num mecanismo de estabilização também possam ser usados como garantia para questões de permanência.

Tanto o COMIFAC quanto a TNC propõem que a redistribuição de receitas de reduções de emissões para pagar por estoques de carbono possa ser viabilizada por um fundo de estabilização.



## FINANCIAMENTO: A escolha do mecanismo final das propostas

O diagrama ao lado mostra se as propostas escolhem utilizar um mecanismo de mercado, de fundo ou vinculado ao mercado para financiar a implementação em escala de atividades REDD. Propostas que mencionam uma abordagem por fases também estão indicadas (ver pág. 96)



\* Apoiada por países da América Latina incluindo Chile, Peru e Panamá em nome da Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua and Panamá.

Boxes maiores destacam submissões feitas em nome de um grupo de países.

Propostas não-governamentais
  Países desenvolvidos
  Países em desenvolvimento
 ▲▲ Abordagem de fases



## FINANCIAMENTO: Conclusões

Há um consenso crescente que uma abordagem por fases é necessária, com foco numa combinação de diferentes fontes de financiamento para diferentes aspectos do REDD numa escala temporal apropriada (essa idéia é discutida em maior detalhe na pág. 96).

- Os fundos são considerados mais adequados para a capacitação e para atividades-piloto.
- Abordagens vinculadas ao mercado podem ser usadas para dar escala a atividades de implementação.
- Abordagens vinculadas ao mercado ou de mercado são frequentemente reconhecidas como fontes de financiamento mais consistentes e com maior potencial de gerar recursos para o financiamento de longo prazo das reduções de emissões.

Muitas propostas não especificam um mecanismo de financiamento, declarando que tanto fundos quanto mercados poderiam ser usados para financiar reduções de emissões. Joanneum, Nova Zelândia, Noruega e Panamá apóiam a abordagem por fases mas não apontam um mecanismo favorito para a fase final (redução de emissões).

Abordagens vinculadas ao mercado podem usar receitas geradas por leilões de permissões ou pelo comércio de emissões num mercado duplo:

- Num processo de leilão, as reduções de emissões do REDD seriam adicionais aos compromissos existentes dos países desenvolvidos. A porcentagem de permissões e a escala dos leilões (nacional, multinacional, internacional) podem ser decididas pela Conferência das Partes – COP.
- Mercados duplos poderiam usar reduções de REDD para cumprir compromissos de redução dos países em desenvolvimento (CCAP) ou poderiam exigir que as reduções sejam adicionais a metas existentes (Greenpeace). Ambas as abordagens exigem que as reduções de emissões do REDD ao sejam fungíveis com outras reduções de emissões.

Reduções de emissões que sejam geradas a partir de recursos voluntários não poderiam ser usadas no cumprimento dos compromissos do Anexo I.



© Global Canopy Programme / Andrew Mitchell

**QUAIS SÃO AS  
NOVIDADES  
QUENTES?**

## O QUE MAIS ESTÁ SENDO FEITO?

### REDD: AN OPTIONS ASSESSMENT REPORT (UM RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE OPÇÕES)

#### *Meridian Institute para o Governo da Noruega*

O Mapa do Caminho de Bali deve levar a um acordo em Copenhague que tenha um compromisso de se estabilizar o clima num aumento máximo de temperatura de 2°C, consistente com concentrações atmosféricas de CO<sub>2</sub> abaixo de 450 partes por milhão (PPM). A redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) vai lidar com uma fonte de GEEs maior que todo o setor global de transportes. Sem o REDD, o objetivo de estabilização em 2°C dificilmente será atingido.

Esse relatório analisa considerações importantes para um mecanismo futuro de REDD na UNFCCC, e busca esclarecer e informar sobre algumas das decisões críticas que devem ser tomadas sobre a inclusão do REDD no acordo de Copenhague. No nível internacional, um bom resultado para o REDD criaria as condições básicas para a efetiva implementação nos países aptos para o REDD, incluindo:

- Incentivos financeiros;
- Procedimentos para se estabelecer níveis de referência;
- Metodologias para MRV (medir, relatar e verificar) e
- Processos para permitir a participação de povos indígenas e comunidades locais.

Capturar o potencial de mitigação do REDD exige uma abordagem flexível e de fases para a implementação, de forma a acomodar (i) as capacidades diversas dos países aptos para o REDD; (ii) um escopo ampliado do REDD incluindo conservação, manejo florestal sustentável e aumento de estoques de carbono, e (iii) os constrangimentos gerados pela crise financeira global.

#### **FASE 1**

Desenvolvimento de uma estratégia nacional de REDD, incluindo o diálogo e fortalecimento institucional e atividades-piloto. Essas atividades devem ser apoiadas por contribuições voluntárias imediatamente disponíveis, como aquelas administradas pelo Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) do Banco Mundial, o UN REDD (REDD das Nações Unidas) e outros arranjos bilaterais. A elegibilidade para esses fundos deve ser baseada num compromisso nacional demonstrado com uma estratégia nacional para o REDD.

#### **FASE 2**

Implementação de políticas e medidas propostas nessas estratégias nacionais de REDD. Essas atividades devem ser apoiadas por recursos previsíveis de um fundo global baseado num instrumento legal de financiamento com compromissos vinculantes, como leilões de permissões. A elegibilidade para o acesso a tal fundo deve ser baseada num compromisso nacional demonstrado com a implementação da estratégia de REDD. Com o acesso subsequente condicionado à performance, medida através de indicadores de redução de emissões ou aumento das remoções (ex: diminuição da área desmatada). Uma vez que o instrumento da Fase 2 seja estabelecido, a maioria das atividades da fase 1 pode ser incorporada nele.

#### **FASE 3**

Pagamento por performance, com base nas emissões e remoções florestais quantificadas em relação a níveis de referência. Isso poderia ser financiado em grande escala através da venda de unidades de REDD em mercados oficiais globais ou mecanismos fora do mercado, sendo a elegibilidade condicionada ao cumprimento mensurável, passível de relato e de verificação e contabilidade de emissões e remoções. As unidades da Fase 3 não serão geradas por reduções ou aumento de remoções alcançadas durante a Fase 2, mas a Fase 3 deve permitir a geração de créditos pelos resultados da continuidade de políticas e medidas iniciadas na Fase 2.

O tempo de evolução de uma fase para outra variará, e os países aptos para o REDD poderiam pular uma fase desde que preencham os critérios de elegibilidade para a próxima fase. Em âmbito nacional, a sobreposição entre fases pode ser necessária e até mesmo desejável. O MRV (medir, relatar e verificar) deve avançar progressivamente com o avanço das fases, e deve ser compatível com uma arquitetura que possa incorporar as diretrizes do IPCC para os inventários nacionais no setor de agricultura, florestas e outros usos do solo (AFOLU). Apesar da participação no mecanismo ser voluntária, a responsabilidade dos países participantes aumentaria de uma fase à próxima, com um eventual compromisso nacional setorial na Fase 3.

#### **Website:**

[www.redd-oar.org](http://www.redd-oar.org)

## PACOTE EMERGENCIAL PARA AS FLORESTAS TROPICAIS

### O Projeto do Príncipe para as Florestas Tropicais (PRP)

O Projeto do Príncipe para as Florestas Tropicais desenvolveu uma proposta para um pacote emergencial de financiamento para esses ecossistemas. Seu objetivo é atingir uma redução significativa no desmatamento tropical no curto prazo através de pagamentos anuais às nações detentoras de florestas para ajudá-las a embarcar em trajetórias alternativas de desenvolvimento com baixo carbono. Ele será financiado por uma parceria público-privada inovadora nos países desenvolvidos, o que poderia incluir a geração de títulos/ações de Floresta Tropical.

O PRP propõe que um arcabouço institucional seja criado para executar algumas funções críticas: negociar acordos plurianuais com nações tropicais baseados nos custos de transição para uma trajetória de baixo desmatamento; levantar os recursos necessários de fontes públicas e privadas; verificar a performance dos países em relação a metas de desmatamento, bem como padrões de governança e transparência; transferir dinheiro para nações tropicais com base nos acordos e nos resultados alcançados; ajudar a coordenar e/ou apoiar financeiramente assistência aos países florestais para planejamento do desenvolvimento, sistemas de monitoramento, questões técnicas relacionadas a florestas, etc.

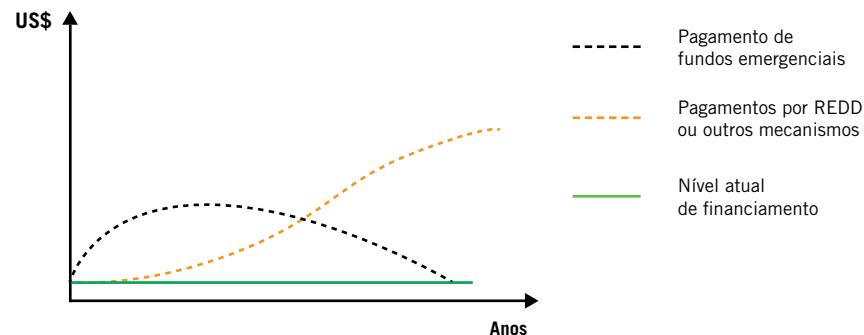
Esse arcabouço é chamado de Fundo para as Florestas Tropicais. O pacote emergencial do PRP estabelece os princípios para o desenho desse arcabouço, mas não propõe uma solução específica.

Conforme essa proposta, os países desenvolvidos decidiriam livremente como financiar suas obrigações. Alguns podem usar taxas em geral, outros.

### Um catalisador para a ação

A proposta do PRP não contém todas as respostas. Em alguns casos, ela estabelece opções alternativas para a implementação, das quais todas têm méritos. A implementação de qualquer pacote de emergência dependerá da aceitação dos governos e comunidades das nações tropicais e dos governos dos principais países desenvolvidos, juntamente com o envolvimento ativo dos mercados de capital privado.

Figura 8. Trajetória de pagamento de fundos emergenciais e pagamentos potenciais por REDD



Com base em um acordo intermediado pelo PRP durante os encontros do G20 que ocorreram em Londres em 2009, um Grupo de Trabalho Internacional foi criado, com a participação de 33 países de tropicais e do mundo desenvolvido para estudar propostas para o financiamento a florestas tropicais. Conclusões preliminares desse Grupo de Trabalho serão apresentadas no encontro do G8 em julho, e um conjunto de recomendações finais será apresentado na Assembléia Geral da ONU em setembro de 2009 e no encontro anual do Banco Mundial em outubro de 2009.

### Contacto:

Paul McMahon: paul.mcmahon@royal.gsx.gov.uk

### Website:

[www.rainforestsos.org/](http://www.rainforestsos.org/)

[www.rainforestsos.org/pages/emergency-package](http://www.rainforestsos.org/pages/emergency-package)

## PLANILHA OSIRIS DE IMPACTOS DOS INCENTIVOS PARA O REDD

*Conservation International (CI), Centre for Social and Economic Research on the Global Environment, University of East Anglia (CSERGE), The Woods Hole Research Center (WHRC), Environmental Defense Fund (EDF) and Terrestrial Carbon Group (TCG)*

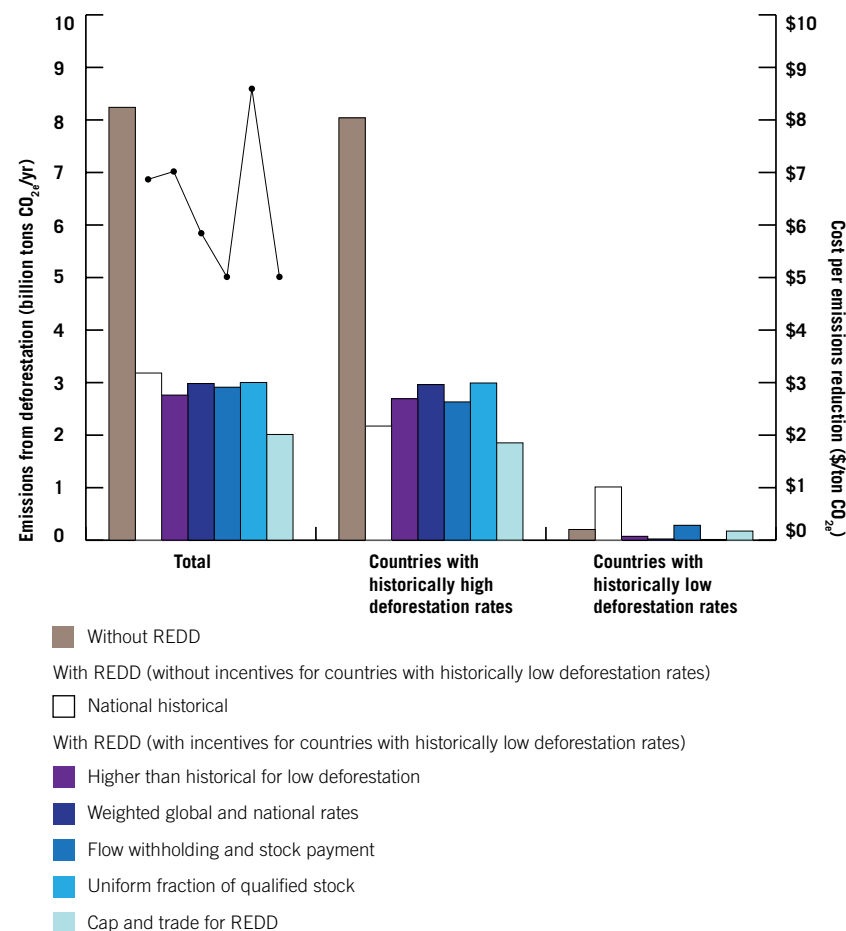
O OSIRIS é uma ferramenta de modelagem econômica para apoiar as negociações da UNFCCC sobre níveis de referência para o REDD. Para um conjunto amplo de propostas de níveis de referência, o OSIRIS fornece facilmente estimativas globais, regionais e país-a-país de: Reduções de emissões em relação ao business as usual (ton CO<sub>2e</sub>/ano); Desmatamento evitado (Ha/ano); Distribuição de receitas do REDD (\$/ano); Eficácia de custos da redução de emissões (\$/ton CO<sub>2e</sub>).

Os usuários do OSIRIS podem ajustar informações e parâmetros, inclusive: Preço do carbono (\$/ton CO<sub>2e</sub>); Custo de gerenciamento ou de transação t (\$/Ha ou \$/ton CO<sub>2e</sub>); A fração do carbono florestal terrestre elegível pra o REDD; Lista de países preparados para participar do REDD; Elasticidade da demanda global pela produção aliada à expansão da fronteira agrícola.

Questões sobre o desenho de mecanismos REDD que podem ser respondidas usando-se o OSIRIS são as seguintes: Como os diferentes níveis de referência contribuem para redução de emissões, levando-se em conta o risco de deslocamento do desmatamento (vazamento)?; Qual seria a provável magnitude e a distribuição de fluxos financeiros a países de diferentes níveis de referência?; Como os níveis de referência podem ser estabelecidos para países com diferentes níveis de cobertura florestal e taxas históricas de desmatamento para promover efetividade, eficiência e equidade?; Quais são as implicações se nem todos os países estão prontos para participar imediatamente de um mecanismo de REDD?; Como as implicações de desenho diferem para um fundo de REDD de um tamanho determinado ao invés de um mercado de REDD com um preço fixo para os créditos?

Principais conclusões e implicações políticas da pesquisa no OSIRIS: O REDD pode ser um meio efetivo e eficaz de redução de emissões; Se apenas um grupo reduzido de nações florestais participarem de um mecanismo internacional de REDD, há um risco de que as atividades de desmatamento se mudem para países não participantes; Ampliar os incentivos de REDD para países com baixas taxas históricas de desmatamento através de níveis de referência mais altos que os históricos pode prevenir vazamento para esses países, aumentando a efetividade em geral do mecanismo de REDD; A efetividade geral do REDD também vai depender do quanto as necessidades da agricultura possam ser atendidas fora dos limites das florestas tropicais.

Figura 9. Desenhos de REDD que proporcionam incentivos a países com baixas taxas históricas de desmatamento podem prevenir vazamentos para esses países, resultando num mecanismo geral de REDD mais eficiente. De Busch et al (sob revisão).



### Contacto:

Jonah Bush (CI): [j.busch@conservation.org](mailto:j.busch@conservation.org)

Ralph Ashton (TCG): [ralph.ashton@terrestrialcarbon.org](mailto:ralph.ashton@terrestrialcarbon.org)

### Website:

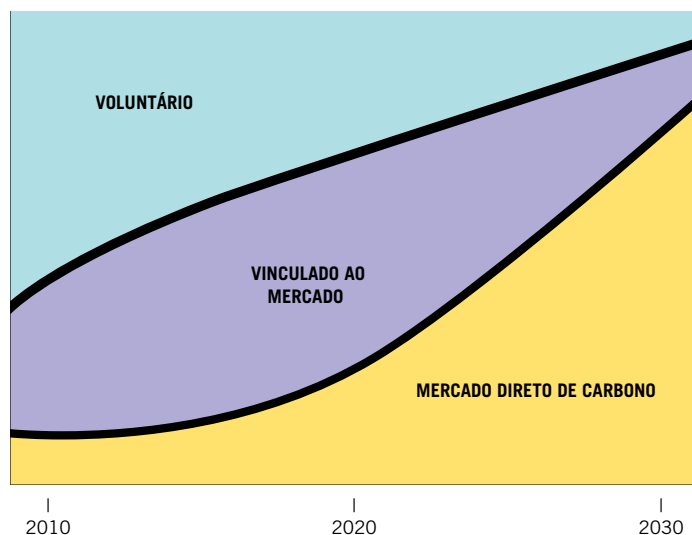
[www.conservation.org/osiris](http://www.conservation.org/osiris)

## FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR

### *Union of Concerned Scientists*

Com o surgimento de várias opções de financiamento, a abordagem do “Financiamento Complementar” (discutido por CfrN e o WRI, entre outros) enfoca a combinação de diferentes fontes de financiamento para diferentes aspectos do REDD em horizontes temporais adequados. A abordagem do financiamento complementar utiliza três importantes potenciais fontes de dinheiro para o REDD: **financiamento direto do mercado de carbono, financiamento vinculado ao mercado e financiamento voluntário.**

Figura 10. Evolução Esperada das Necessidades de Financiamento



No financiamento **direto do mercado de carbono**, os países industrializados compram créditos REDD para usar como permissões de emissões em seus sistemas nacionais de cap-and-trade (limite-e-comércio de emissões), comprando assim potencialmente o direito a emitir mais domesticamente do que o permitido pelo seu teto, compensando suas emissões no exterior. As abordagens **vinculadas ao mercado** geram financiamento ao utilizar receitas de leilões ou permissões alocadas ao REDD ou estabelecendo sistemas nos quais os créditos REDD não são fungíveis com as permissões dos países industrializados. Nas opções vinculadas ao

mercado, o financiamento aumenta na medida em que os mercados de cap-and-trade e o preço do carbono aumentam, mas, principalmente, os créditos REDD não são compensados. Por fim, o financiamento voluntário oferecido por países ou indivíduos está desconectado dos mercados de cap-and-trade, tais como a cooperação oficial ao desenvolvimento (ODA) ou o compromisso de US\$ 2,6 bilhões da Noruega, anunciado em Bali.

A abordagem do financiamento complementar visa conectar estes três métodos de financiamento com o horizonte temporal no qual ele possa ser mais útil para o alcance dos objetivos gerais do REDD (ver Figura 10) e enfatiza que todas as três abordagens de financiamento são necessárias e devem ser complementares, de modo a maximizar sua efetividade. No curto prazo, a flexibilidade das abordagens voluntárias apresenta o caminho mais rápido para promover a capacitação. Próximo a 2020, mais financiamentos serão necessários para impulsionar o REDD, mas os riscos de vazamento, não-adicionalidade e erros de monitoramento limitam o quanto deverá vir diretamente de um mercado de carbono. Durante este período de tempo, as opções vinculadas ao mercado devem desempenhar um grande papel, ajudando a evitar os riscos de vazamento e não-adicionalidade. Por fim, na década de 2020 e seguintes – presumindo-se uma capacidade de ampliação, uma ampla base de experiência e uma participação quase global – o mercado direto de carbono poderá fornecer o financiamento grande e contínuo necessário ao REDD.

O debate acerca do financiamento do REDD precisa abordar quais métodos cumprem os objetivos específicos de diferentes períodos de tempo para construir um regime REDD crível e duradouro. Cada método desempenha um papel importante, fornecendo volumes menores ou maiores de financiamento ao longo do tempo, na medida em que o processo REDD evolui. A abordagem do financiamento complementar busca maximizar o benefício de cada opção de financiamento, aplicando-os a diferentes períodos de tempo de forma complementar.

#### **Contato:**

Diana Movius: [dmovius@ccap.org](mailto:dmovius@ccap.org)

#### **Website:**

[http://www.ucsusa.org/global\\_warming/solutions/forest\\_solutions/REDD.html](http://www.ucsusa.org/global_warming/solutions/forest_solutions/REDD.html)

## **PESQUISA SOBRE REDD E O PAPEL DAS FLORESTAS NA MITIGAÇÃO DA MUDANÇA DO CLIMA**

### **CIFOR**

O trabalho do CIFOR sobre REDD foca uma série de questões, desde metodologias a governança em nível nacional e política internacional relativa às negociações sobre o clima. O trabalho em andamento envolve:

#### **Análise de opções futuras para florestas no regime do clima pós-2012**

*Objetivo:* Fornecer informações para o debate político atual, para que o regime do clima pós-2012 e os mecanismos nacionais de REDD sejam construídos de forma a produzir reduções reais de emissões por desmatamento e degradação, usando métodos efetivos, eficientes e equitativos. O estudo fará uma revisão crítica de barreiras potenciais à adoção de políticas de REDD baseada na análise global das influências da economia política dentro e fora do setor florestal, e será disseminado através de um seminário de mídia, debates na televisão e um evento com parlamentares.

#### **Análise comparativa de atividades-piloto de REDD**

*Objetivo:* fornecer aos tomadores de decisão sobre REDD e aos técnicos com informações, análises e ferramentas necessárias para assegurar reduções de emissões de carbono eficazes e eficientes do ponto de vista de custos, com impactos equitativos e benefícios colaterais. Ferramentas adequadas para as necessidades de formulação política e desenho de estratégias serão desenvolvidas, incluindo kits de ferramentas, diretrizes e manuais; uma análise das condições dos níveis de referência de 20 a 30 projetos-piloto de REDD será elaborada; e um manual de desenho de projetos de REDD será desenvolvido para facilitar a aplicação da abordagem em novas circunstâncias.

#### **Florestas e mudança do clima**

*Objetivo:* determinar como padrões de mudança do clima podem afetar os programas atuais e futuros da USAID no setor florestal e construir entendimento e proficiência técnica no corpo técnico da USAID e parceiros locais. Essa pesquisa vai elaborar e facilitar workshops sobre tópicos identificados na análise descrita no item anterior.

#### **Peatlands and wetlands Greenhouse Gas (GHG) emissions measurement campaign**

*Objective:* To determine best practice for estimating carbon stocks in tropical biomes by reducing uncertainties in emission factors. It's hoped this research will culminate in a database and models for estimating below and above-ground carbon stock in peatlands and mangrove ecosystems.

#### **Alerta de REDD**

*Objetivo:* Diminuir taxas de desmatamento em áreas tropicais contribuindo para o desenvolvimento e análise de mecanismos de mercado e não-mercado e instituições necessárias para mudar comportamentos das partes envolvidas. Espera-se que essa pesquisa possa apoiar tomadores de decisão internacionais, fornecendo informações sobre valores e fatores externos relevantes que determinam essas instituições.

#### **Pesquisa visando apoiar o desenho e a implementação do REDD para sua efetividade**

*Objetivo:* promover o desenho do regime internacional do clima pós-2012 e de sistemas nacionais de REDD que sejam eficientes, equitativos e tragam benefícios para comunidades afetadas em países em desenvolvimento. Espera-se que essa pesquisa estabeleça métodos efetivos do ponto de vista de custos para linhas de base de REDD e para o monitoramento de mudanças nos estoques de carbono florestal, ao mesmo tempo desenvolvendo estratégias internacionais que levem em conta as barreiras à adoção de sistemas de REDD.

#### **Fortalecimento da implementação do REDD**

*Objetivo:* Esse projeto tem dois objetivos principais. No curto prazo, visa melhorar o conhecimento sobre mudança do clima em todos os níveis da sociedade na Indonésia. No longo prazo, objetiva apoiar a implementação de projetos-piloto de REDD pelo mundo baseados em pesquisa e informação científica sobre efetividade, eficácia e equidade. Espera-se que essa pesquisa resulte em métodos eficientes do ponto de vista de custos para linhas de base de REDD e para o monitoramento de mudanças nos estoques de carbono florestal, formatando políticas nacionais e estratégias nacionais que favorecerão a criação de sistemas de REDD que protejam aqueles economicamente marginalizados.

#### **Contato:**

Daniel Murdiyarso: [d.murdiyarso@cgiar.org](mailto:d.murdiyarso@cgiar.org)

#### **Website:**

[www.cifor.cgiar.org/carbofor/projects/globalredd/introduction](http://www.cifor.cgiar.org/carbofor/projects/globalredd/introduction)

## FOREST LAW ENFORCEMENT GOVERNANCE AND TRADE (FLEGT)

### FERN

O trabalho do FERN sobre REDD é decorrência do seu envolvimento no desenvolvimento e na implementação do Plano de Ação da União Europeia para o Cumprimento da Lei Florestal, Governança e Comércio (FLEGT), apresentado em 2003. O Plano de Ação estabelece uma gama de medidas que visam abordar o desmatamento ilegal, melhorando a governança florestal, fortalecendo os direitos à posse da terra das populações locais, desenvolvendo um esquema de licenciamento que assegure que a madeira foi produzida legalmente e criando um sistema para o monitoramento independente do processo de implementação. Ao longo dos últimos cinco anos, FERN vem trabalhando de forma próxima com parceiros na República de Camarões, Congo, Gabão, Gana, Libéria e Malásia para criar uma base legal para um acordo de parceria UE-FLEGT com estes países.

### Governança e Cumprimento da Lei

Há um consenso cada vez maior de que uma melhor governança florestal – o ‘G’ em FLEGT – incluindo os direitos à posse da terra por parte das populações locais, é uma pré-condição para a proteção florestal e o manejo florestal sustentável.

O segundo passo é o cumprimento da lei, o “LE” (law enforcement) de FLEGT: sem contar com leis justas e equitativas, a fiscalização muitas vezes pode ter um efeito contrário ao desejado. O uso ilegal das florestas, na maioria dos casos, não é resultado apenas de uma governança deficiente e de corrupção, mas é parte integrante da economia política local e nacional. As receitas da exploração florestal ilegal, portanto, podem manter em operação partidos políticos, políticas e práticas existentes. Assim, a simples aplicação da lei pode aumentar os conflitos e a pobreza e não contribuir para um melhor manejo florestal.

Para acordos FLEGT bem sucedidos, é essencial começar um diálogo político com os países produtores, enfocando na reforma do setor florestal, aumentando a transparência, fortalecendo os direitos à posse da terra e ao acesso, e reduzindo a corrupção. O primeiro acordo FLEGT, assinado entre a UE e o Governo de Gana, em setembro deste ano, foi um bom exemplo: baseou-se em um processo adequado de consulta e tomou os primeiros passos em direção ao fortalecimento de direitos comunitários e à conservação da biodiversidade.

Estas lições são aplicáveis ao REDD assim como ao FLEGT: o programa de preparação do Banco Mundial em Gana claramente mostra que pode e irá ampliar o marco referencial criado pelo programa UE FLEGT.

Os atuais projetos incluem:

- Colocar em prática as lições aprendidas de FLEGT na elaboração de programas de REDD nos níveis nacional e internacional, com parceiros em vários países;
- Fortalecer as redes de ONGs locais e regionais para permitir sua participação nas negociações dos acordos sobre florestas e clima;
- Pesquisar a situação da posse da terra em países que poderão engajar-se em REDD para esclarecer direitos de posse sobre a terra, floresta e carbono;

FERN também está produzindo uma série de páginas explicativas sobre o REDD, incluindo:

- Princípios-chave para um acordo efetivo e equitativo;
- Mecanismos financeiros de REDD;
- Processos consultivos efetivos no âmbito do REDD;
- Desenvolvimento e implementação das estratégias de REDD do Banco Mundial.

O primeiro deles já está disponível no nosso site.

### Contato:

Saskia Ozinga: [saskia@fern.org](mailto:saskia@fern.org)

### Website:

[www.fern.org](http://www.fern.org)  
[www.loggingoff.info](http://www.loggingoff.info)





## TEEB: A ECONOMIA DOS ECOSISTEMAS E DA BIODIVERSIDADE

### *Ministério Alemão do Meio Ambiente e Comissão Européia*

A natureza provê a sociedade humana com uma enorme diversidade de benefícios, tais como alimento, fibras, água limpa, solo saudável e captura de carbono e muito mais. Apesar do nosso bem-estar depender totalmente do fluxo continuado destes serviços ambientais (SA), eles são, predominantemente, bens públicos sem mercados e sem preços e, portanto, são raramente detectados pela nossa atual bússola econômica. Conseqüentemente, a biodiversidade vem decaindo, nossos ecossistemas vêm sendo continuamente degradados e nós, em troca, estamos sofrendo as conseqüências.

Inspirando-se em idéias desenvolvidas durante a Avaliação de Ecossistemas do Milênio, a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB) visa promover um melhor entendimento do verdadeiro valor econômico dos SA e oferecer ferramentas econômicas que possam contabilizar este valor de forma adequada. Os resultados deste trabalho visam contribuir para políticas mais efetivas para a proteção da biodiversidade e para o alcance dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica.

TEEB tem duas fases: a Fase I demonstra a enorme importância dos ecossistemas e da biodiversidade e as ameaças ao bem-estar humano se não forem tomadas ações no sentido de reverter as atuais perdas e danos; e a Fase II irá ampliar isto e mostrar como utilizar este conhecimento para elaborar as ferramentas e políticas corretas.

#### **FASE I**

Constatações sobre o custo da não-ação sugerem que, com um cenário “business-as-usual” (as coisas como estão), até 2050 iremos deparar-nos com sérias conseqüências:

- 11% das áreas naturais remanescentes em 2000 poderão se perder, principalmente em decorrência da conversão para agricultura, da expansão de infra-estrutura e das mudanças climáticas;
- quase 40% da terra que atualmente abriga usos agrícolas de baixo impacto podem ser convertidos para usos agrícolas intensivos, com perdas adicionais para a biodiversidade;
- 60% dos corais podem se perder – isto já em 2030 – devido à pesca, poluição, doenças, espécies alienígenas invasivas e ao branqueamento de corais decorrente das mudanças climáticas.

O grande objetivo de TEEB é fornecer aos formuladores de políticas as ferramentas de que necessitam para incorporar o verdadeiro valor dos SA às suas decisões. Os principais desafios ao desenvolvimento e à aplicação de metodologias adequadas incluem escolhas éticas sendo feitas pelas gerações presentes e futuras e pelas pessoas nas diversas partes do mundo e em diferentes estágios de desenvolvimento. Sem levar estes aspectos em consideração, as Metas de Desenvolvimento do Milênio não poderão ser alcançadas. Algumas políticas promissoras já estão sendo testadas e já estão funcionando em alguns países. Exemplos vêm de muitos campos diferentes, mas transmitem algumas mensagens comuns para o desenvolvimento da economia dos ecossistemas e da biodiversidade:

- Repensar os subsídios de hoje de modo a refletir as prioridades de amanhã;
- Recompensar os SA atualmente não reconhecidos e assegurar que os custos dos danos aos ecossistemas sejam contabilizados, criando novos mercados e promovendo ferramentas para políticas públicas adequadas;
- Compartilhar os benefícios da conservação;
- Medir os custos e benefícios dos SE.

#### **FASE II**

A abordagem econômica na Fase II será espacialmente específica e ampliará os conhecimentos sobre como os ecossistemas funcionam e prestam serviços. A Fase II também irá analisar como os ecossistemas e seus serviços associados tendem a responder a ações políticas específicas. Será essencial levar em conta as questões éticas e a equidade, e os riscos e a incerteza inerente a processos naturais e ao comportamento humano.

A exigência fundamental é desenvolver uma referência econômica que seja mais efetiva do que o PIB para avaliar o desempenho de uma economia. Os sistemas nacionais de contabilidade precisam ser mais inclusivos a fim de medir os significativos benefícios ao bem-estar humano fornecidos pelos ecossistemas e pela biodiversidade. Não mais ignorando tais benefícios, tais sistemas ajudarão os formuladores de políticas a adotar as medidas corretas e elaborar mecanismos adequados de financiamento para a conservação.

#### **Website:**

[ec.europa.eu/environment/nature/biodiversity/economics/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/environment/nature/biodiversity/economics/index_en.htm)

## MODELAGEM DE LINHAS DE BASE PARA REDD USANDO NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE CADA PAÍS

### *The Nature Conservancy, TerraCarbon*

A análise feita pela TNC – The Nature Conservancy e TerraCarbon compara a quantidade de créditos gerados pelos diferentes níveis de referência especificados em sete das atuais propostas para o REDD (EDF, Brasil, JRC, Abordagem de Corredor, WHRC, CSERGE e TCG). O objetivo é fazer uma primeira aproximação da quantidade de créditos que se espera gerar com diferentes propostas de linhas de base, dependendo das circunstâncias de cada país, usando dados reais sobre emissões de carbono florestal.

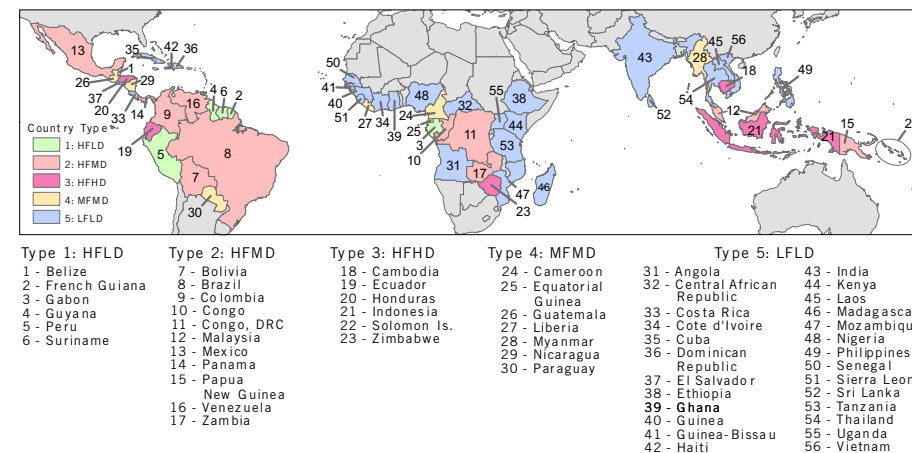
Isto pode ser feito valendo-se do benefício do olhar retroativo: um cenário hipotético é utilizado, no qual um acordo sobre REDD foi criado no ano 2000 – portanto, o marco zero real de “business-as-usual” é conhecido, visto que a FAO-FRA elaborou relatórios sobre as emissões de 2000 a 2005. Supõe-se que os países tropicais tenham um desempenho similar durante o primeiro período de 5 anos do mecanismo REDD, reduzindo suas emissões em 10% abaixo do que é conhecido como emissões “business-as-usual” (as coisas como estão).

Os créditos gerados por cada proposta são determinados pela diferença entre emissões sob o cenário REDD 10%, e as emissões da “linha de base negociada” determinadas pelas regras apresentadas em cada proposta (fazendo referência aos dados da FAO de 1990-2000 sobre emissões históricas de carbono florestal). A TNC espera receber contribuições de autores de propostas individuais para melhorar a interpretação de suas regras e formular pressupostos razoáveis acerca dos resultados negociados associados a algumas propostas.

Nome	Descrição	Cobertura Florestal	Índice Anual de Perda Florestal	Localização Predominante
HFLD	Cobertura florestal mais alta, baixo índice de desmatamento	85 - 100%	0 - 0,1%	América Latina
HFMD	Alta cobertura florestal, índice médio de desmatamento	50 - 85%	0,04 - 0,8%	América Latina
HFHD	Alta cobertura florestal, alto índice de desmatamento	50 - 95%	0,8 - 1,5%	Sudeste da Ásia
MFMD	Cobertura florestal média, índice de desmatamento médio	35 - 50%	0,3 - 0,8%	Espalhado
LFLD	Baixa cobertura florestal, baixo índice de desmatamento	1 - 35%	0 - 0,3%	África

Tabela 2.  
Characteristics of Country Types

Figura 11. Distribuição geográfica dos países divididos por categorias



Para compreender como os resultados dependem das circunstâncias de cada país, cinco tipos de países REDD foram identificados, usando a análise estatística multivariada dos dados de índices históricos de desmatamento e a porcentagem de florestas remanescentes de 56 países tropicais (ver Tabela 2). Tais países estão representados geograficamente na Figura 11.

Análises futuras considerarão variáveis econômicas, de governança e geográficas para compreender melhor as circunstâncias do país e os vetores de desmatamento para cinco tipos de países REDD.

### Contato:

Bronson Griscom (TNC): bgriscom@tnc.org

### Outros Autores:

David Shoch (TerraCarbon)

Bill Stanley (TNC)

Rane Cortez (TNC).

### Website:

[www.nature.org/climatechange](http://www.nature.org/climatechange) [www.terracarbon.com](http://www.terracarbon.com)

## **CAMINHOS DE TRANSIÇÃO: QUEBRANDO BARREIRAS, PARTINDO DO “IMEDIATAMENTE POSSÍVEL” RUMO AO “ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO”**

### ***Grupo de Carbono Terrestre (TCG)***

O trabalho do Grupo de Carbono Terrestre em 2009 parte da proposta sobre “Como Incluir o Carbono Terrestre em Nações em Desenvolvimento na Solução Geral para a Mudança do Clima”, publicada em julho de 2008, e tem como foco demonstrar a importância de se acordar o escopo apropriado (começando com florestas e incluindo todo o carbono terrestre com o tempo) e o nível de referência adequado (uma visão robusta e confiável do futuro). O TCG está construindo caminhos de transição detalhados para quebrar barreiras técnicas, financeiras e políticas nesse contexto, começando do “imediatamente possível” e chegando ao “absolutamente necessário” no período de 2010-2050.

Esses caminhos de transição fundamentam-se em artigos técnicos que serão publicados durante 2009, incluindo:

- **Níveis de Referência de Emissões:** Um guia de como estabelecer níveis de referência robustos e confiáveis (que sejam compatíveis com as escalas nacional e subnacional/de projetos) incluindo uma descrição dos dados necessários, com base numa revisão das metodologias existentes.
- **Escopo:** Análise do estado-da-arte das questões científicas e metodológicas de todos os aspectos do carbono terrestre (ou AFOLU) e um programa de trabalho plurianual para preencher lacunas, especialmente na agricultura e outros usos da terra.
- **MARV:** Artigo sobre opções para os requisitos de monitoramento, análise, relatórios (apresentação de resultados) e verificação, custos e eficiência de cenários de REDD e AFOLU.
- **Instituições e Regulamentação:** Uma revisão global de abordagens institucionais e regulatórias por países em desenvolvimento e desenvolvidos para o uso da terra no contexto da mudança do clima, lições aprendidas de outros países e um artigo detalhando as escolhas políticas necessárias e suas implicações, e blocos construtores regulatórios para a implementação nacional e subnacional.

Adicionalmente, o TCG continuará trabalhando com parceiros-chave na implementação em escala nacional, incluindo a preparação do lado da oferta (possibilidade de assumir e acompanhar atividades que gerem créditos de carbono ou atraíam outros incentivos) e preparação do lado da demanda (assegurando que hajam compradores de créditos ou fornecedores de incentivos). Isso tanto alimenta quanto serve de base para o trabalho técnico e político e para os caminhos de transição.

### **Contacto:**

Ralph Ashton (TCG): [ralph.ashton@terrestrialcarbon.org](mailto:ralph.ashton@terrestrialcarbon.org)

### **Website:**

[www.terrestrialcarbon.org](http://www.terrestrialcarbon.org)

## FASES PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL DO REDD

### WWF

O WWF apóia uma arquitetura forte e efetiva para o REDD num acordo pós-2012 no âmbito da UNFCCC. Reduções substanciais nas emissões por desmatamento e degradação são críticas para limitar o aumento das reduções a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais. Um mecanismo bem desenhado de REDD deve também gerar benefícios para a proteção da biodiversidade e apoiar os modos de vida dos diversos povos indígenas e comunidades dependentes das florestas. Muitos observadores reconhecem que reduzir e por fim acabar com as emissões do desmatamento será mais efetivo através de programas nacionais amplos que trabalhem com os principais vetores nacionais e locais do desmatamento, e do apoio à construção de capacidades institucionais e técnicas dos países em desenvolvimento. O WWF acredita que uma abordagem de fases para o REDD ajudaria os países em desenvolvimento a construir capacidades e produzir reduções de emissões duradouras, mensuráveis, relatáveis e verificáveis. Com base no trabalho de outras organizações e Partes, como o Relatório de Avaliação de Opções encomendado pelo Governo da Noruega e propostas das Partes, como a Coalizão das Nações de Florestas Tropicais, o WWF está trabalhando na identificação de critérios e limites para uma abordagem de fases que criaria um processo de etapas para o desenvolvimento de programas nacionais de REDD. Abaixo há um sumário de elementos-chave para uma abordagem de fases e limites que podem ser aplicados para o desenvolvimento efetivo de REDD. O WWF quer receber feedback sobre os elementos e limites propostos para uma abordagem de REDD, que é parte de seu trabalho mais amplo sobre REDD.

### *Limites Para Fases Do Desenvolvimento Nacional De Redd*

#### FASE 1: PLANEJAMENTO

Avaliação, planejamento, consulta a interessados e construção de capacidades para o desenvolvimento de um plano nacional de REDD. Ao final da Fase 1, os seguintes requisitos teriam sido alcançados: 1) Processo e arranjo institucional bem estabelecidos para engajamento dos atores relevantes com um plano de participação efetiva e passível de monitoramento; 2) Identificação da autoridade nacional de REDD 3) Capacidade básica de MRV (medir, relatar e verificar) e um plano para o desenvolvimento de capacidades necessárias para o cumprimento de todos os requisitos de prestação de informações; 4) Aprovação de um plano nacional de REDD que inclua a avaliação dos vetores de desmatamento no país e um primeiro corte para uma linha de base nacional.

#### FASE 2: PREPARAÇÃO

Desenvolvimento, implementação inicial e monitoramento de políticas e medidas de acordo com o plano nacional de REDD. Ao final da fase 2, um arranjo nacional de REDD seria estabelecido através de: 1) Capacidade plena de MRV (medir, relatar e verificar); 2) Engajamento autêntico dos atores relevantes através de um processo participativo transparente e documentado, que reflita o consentimento prévio e informado dos povos da floresta afetados; 3) Teste dos elementos do arranjo (MRV, envolvimento, capacidade aumentada) através de atividades-piloto em nível subnacional e nacional; 4) Aprovação da preparação institucional e do arranjo, incluindo uma linha de base nacional, pelo órgão internacional designado pela Convenção. Um arranjo e acordo globais: Além do desenvolvimento por país de programas nacionais de REDD, a possibilidade de se alcançar a execução plena depende da adoção de um arranjo global pela UNFCCC.

#### FASE 3: EXECUÇÃO

Implementação completa em escala de medidas de redução de emissões no plano nacional de REDD. Conforme o desenvolvimento das fases 1 e 2, na fase 3 os países já teriam implementado: 1) uma autoridade nacional de REDD em pleno funcionamento e outros órgãos nacionais para verificar reduções de emissões; 2) capacidade de MRV em pleno funcionamento e operacionalizada com avaliações do desmatamento e degradação florestal conduzidas em intervalos suficientes para o cumprimento dos padrões internacionais. A avaliação de resultados deve ser independentemente verificada e plenamente transparente; 3) Capacidade de resolução de conflitos ou disputas em pleno funcionamento para permitir tratamento justo e equitativo e distribuição de benefícios aos povos da floresta.

#### Contacto:

Emily Brickell: ebrickell@wwf.org.uk

#### Website:

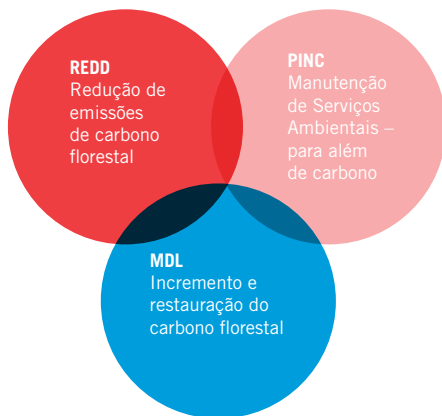
www.wwf.org.uk

## PINC: INVESTIMENTO PRÓ-ATIVO EM CAPITAL NATURAL

### *Global Canopy Programme*

O PINC é um marco de financiamento proposto pelo Global Canopy Programme e outros colaboradores da rede Forest Now, que enfoca especificamente grandes áreas de florestas tropicais “em pé” que não se encontram sob ameaça iminente de desmatamento e que podem ou não beneficiar-se de REDD. Ele sugere um mecanismo para recompensar economicamente a função de grandes áreas de florestas intactas como “ utilidades globais”, fornecendo serviços ambientais que dão suporte à segurança alimentar e energética, tanto na escala local como global. O PINC, portanto, não está relacionado especificamente à redução de emissões de carbono, mas requer financiamentos ou investimentos diretos por hectare para florestas tropicais – que armazenam carbono, criam chuva, moderam as condições climáticas e protegem a biodiversidade. Na medida em que os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas se tornam mais amplamente reconhecidos, os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) estão crescendo em popularidade como um método para o financiamento da conservação e do desenvolvimento sustentável. As florestas tropicais oferecem múltiplos serviços ecossistêmicos, para além do pagamentos por REDD, que atualmente não estão sendo valorizados pelos mercados globais. A formação de pacotes de outros pagamentos por serviços ambientais combinados a créditos de carbono pode não contabilizar plenamente o potencial valor futuro destes serviços. No contexto do REDD, as florestas que emitem dióxido de carbono provavelmente irão atrair pagamentos mais altos do que aquelas que não emitem. O PINC aborda estas falhas e sugere que os pagamentos possam ser buscados junto a fundos doadores ou a fontes de capital paciente atraído para o emergente novo mercado de ‘Títulos Florestais’ (Forest Bonds) ou ‘Certificados de Comércio de Serviços de Ecossistema’ (Ecosystem Service Trading Certificates) que tentam valorizar os serviços prestados pelas florestas “em pé”. Os pagamentos REDD podem migrar para o PINC na medida em que o desmatamento for declinando.

Figura 12. How PINC will interact with other UN mechanisms



O PINC também poderia ser aplicado à biodiversidade fora das florestas.

**Contato:**  
m.trivedi@globalcanopy.org

## RELATÓRIO ELIASCH: ‘MUDANÇAS CLIMÁTICAS: FINANCIAMENTO GLOBAL PARA FLORESTAS’

### *Agência de Mudanças Climáticas do Reino Unido*

O Relatório Eliasch é um relatório independente solicitado pelo Primeiro Ministro Britânico, Gordon Brown, sob a liderança de Johan Eliasch, Representante Especial sobre Desmatamento. Ele oferece uma análise ampla sobre o financiamento e os mecanismos necessários para apoiar o manejo florestal sustentável e reduzir as emissões associadas ao desmatamento.

O Relatório constata que:

- A comunidade internacional deveria apoiar as nações detentoras de florestas no sentido de reduzir o desmatamento à metade até 2020 e neutralizar o carbono do setor florestal mundial até 2030 – ou seja, as emissões da perda florestal sendo contrabalançadas pelo plantio de novas florestas.
- A redução das emissões de desmatamento deveria ser plenamente incluída em qualquer negociação climática global pós-2012, em Copenhagen.
- Os governos nacionais devem desenvolver suas próprias estratégias para combater o desmatamento em países detentores de florestas, incluindo o estabelecimento de linhas de base, metas e governança efetiva, e distribuição de finanças.
- No longo prazo, o setor florestal deve ser incluído nos mercados mundiais de carbono.
- O financiamento do setor público e privado será necessário no curto e médio prazo, na medida em que os mercados de carbono crescem.
- A comunidade internacional deve apoiar a capacitação, quando necessário. Os custos totais da capacitação são estimados em cerca de US\$ 4 bilhões ao longo de 5 anos para 40 países detentores de florestas.

**Website:**  
www.occ.gov.uk

**PARA ONDE  
ESTAMOS INDO?**

## QUAIS SÃO OS DESAFIOS?

*Katia Karousakis, OECD*

Muitos avanços ocorreram desde a COP 11, quando Papua Nova Guiné pela primeira vez propôs a integração do REDD à UNFCCC. Isto é ilustrado por uma fusão geral das propostas REDD submetidas ao longo do tempo, o crescente número de atividades demonstrativas do REDD que estão emergindo, e o crescente volume de recursos que estão sendo mobilizados para apoiar a capacitação ou “preparação” para o REDD.

Diversos desafios à implementação do REDD ainda precisam ser resolvidas para o desenvolvimento de um mecanismo de REDD (seja ele um fundo ou baseado no mercado) capaz de viabilizar reduções de emissões ambientalmente efetivas e economicamente eficientes. Os desafios-chave identificados e destacados aqui incluem:

- Monitoramento, relatórios e verificação para um inventário nacional.
- Capacitação e assegurar ambientes para políticas viabilizadoras, inclusive para a posse da terra.
- Minimização dos incentivos perversos.

Inventários nacionais de alta qualidade sobre gases de efeito estufa são o arcabouço do regime internacional sobre clima, e oferecem um meio de monitorar os avanços nacionais em relação às obrigações internacionais. Dispor de dados de alta qualidade sobre o uso da terra, mudanças no uso da terra e o setor florestal que sejam consistentes e comparáveis entre países em desenvolvimento, portanto, é uma exigência crucial, especialmente se o REDD for integrado ao mercado internacional de carbono. Dados históricos das tendências de desmatamento são um ponto de partida chave, e precisam ser complementados com dados sobre emissões ou mudanças nos estoques de carbono. Os dados históricos são necessários para estabelecer linhas de base, que são a referência que permite avaliar o desempenho. Dados deste tipo, portanto, precisam ser oficialmente disponibilizados o quanto antes.

A capacitação para um mecanismo REDD efetivo em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos é crucial. Isto pode incluir apoio para sistemas de monitoramento, desenvolvimento institucional, assistência técnica, e programas educacionais e de treinamento.

Quanto ao alcance de reduções de emissões, é importante lembrar que o desmatamento e a degradação florestal são causados por uma série de vetores múltiplos. A falta atual de incentivos para a captura e comercialização dos serviços globais do carbono público prestados pelas florestas é apenas um deles. Outros vetores do desmatamento incluem a falta de sistemas seguros de posse da terra e de direitos de propriedade claramente definidos, capacidade insuficiente para a fiscalização efetiva, e subsídios agrícolas e energéticos, entre outros. Apesar dos recursos públicos poderem e deverem ser mobilizados e utilizados para apoiar a capacitação em países em desenvolvimento, a Recomendação do Conselho da OCDE de 2006 sobre Boas Práticas para a Gestão Pública de Gastos Ambientais afirma que “recursos públicos não podem e não devem substituir políticas ambientais frágeis”. Esforços articulados, portanto, também precisarão ser feitos pelos governos dos países em desenvolvimento para abordar este tema. Do mesmo modo, os governos de todo o mundo deverão compensar as políticas que têm implicações adversas para o setor florestal em escala internacional, tais como biocombustíveis, políticas agrícolas e energéticas, entre outros.

Apesar de haver uma série de outras questões sobre o REDD que ainda precisam ser resolvidas (incluindo escopo, vazamento e permanência, entre outros), características adequadas poderiam ser incluídas na elaboração de um mecanismo para abordá-las (por ex., linhas de base nacionais e reservas de seguro). Contudo, é essencial que os blocos construtores básicos para um mecanismo efetivo de REDD sejam implementados. Tais blocos construtores serão os mesmos se o REDD for ligado um fundo ou um mecanismo baseado no mercado e incluem metas e objetivos claros; critérios de elegibilidade (e priorização, no caso dos fundos); fontes de financiamento suficientes e sustentáveis; e monitoramento e avaliação do desempenho ao longo do tempo<sup>14</sup>. Enfim, qualquer novo mecanismo REDD deverá ser flexível e evoluir na medida em que as circunstâncias nacionais dos países em desenvolvimento mudarem ao longo do tempo. As ações relativas ao REDD devem contribuir para a “visão compartilhada” de longo prazo de mitigação das mudanças climáticas, necessária para o alcance do objetivo último da Convenção: a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que possa evitar a interferência antropogênica perigosa no sistema climático.

*As idéias expressas nesta seção são do autor e não necessariamente representam o ponto de vista da OCDE ou de seus países membros.*



## O CAMINHO PARA COPENHAGEN

### MARCOS POLÍTICOS

#### Dezembro 05

Papua Nova Guiné e Costa Rica apresentam a primeira proposta para “estimular ações em prol da redução de emissões de desmatamento” o REDD.

#### Outubro 06

O Relatório Stern chama a atenção do mundo para os impactos financeiros das mudanças climáticas e a importância de se conter o desmatamento.

#### Outubro 07

O Banco Mundial lança a Forest Carbon Partnership Facility (FCPF).

#### Dezembro 07

O Mapa de Bali dá à comunidade mundial dois anos para negociar REDD em seu formato final.

#### Mai 08

A Chanceler alemã, Angela Merkel, destina €500 milhões ao ano, provenientes do leilão de permissões de emissões, à proteção das florestas tropicais e da biodiversidade.

#### Junho 08

O Fundo Florestal da Bacia do Congo é criado para combater o desmatamento na África Central. O Primeiro Ministro Britânico Gordon Brown e o Primeiro Ministro da Noruega Jens Stoltenberg, juntos, alocam £108 milhões.

#### Agosto 08

O Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva lança o “Fundo Amazônia” para levantar US\$ 21 bilhões até 2021. A Noruega aloca €1 bilhão ao fundo até 2015.

#### Outubro 08

O grupo conhecido como The Forests Dialogue no Congresso Mundial sobre Conservação da IUCN, em Barcelona, lança princípios de orientação para incluir florestas nas negociações sobre mudanças climáticas

#### Outubro 08

O Relatório Eliasch conclui que mecanismos baseados no mercado são essenciais para atingir os níveis de financiamento necessários para deter o desmatamento.

## DEGRAUS-CHAVE EM DIREÇÃO A 2012 / 13

### Dezembro 08

UNFCCC, COP 14, Poznan: Os expectadores do REDD vêm as negociações sobre o tema recuarem. Veja <http://www.globalcanopy.org/main.php?m=120&sm=169&bloid=37> para mais detalhes.

### Dezembro 08

Plenário da UE: o pacote da UE sobre mudanças climáticas será aprovado? E qual será o resultado para as florestas?

### Março 09

Encontro dos grupos AWG-LCA e AWG-KP da UNFCCC em Bonn: progressos nas questões políticas sobre REDD enquanto as Partes discutem em dois grupos para discutir mitigação e mecanismos de financiamento. Veja <http://www.globalcanopy.org/main.php?m=120&sm=169&bloid=38> para mais informações.

### Junho 09

Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) – Especialistas técnicos devem começar a finalizar uma arquitetura do REDD.

### Agosto 09

UNFCCC, AWG-LCA e AWG-KP em Bonn: Consultas informais entre sessões para avançar na discussão política sobre REDD.

### Setembro 09

UNFCCC, AWG-LCA e AWG-KP em Bangkok: Nona sessão do AWG-KP e sétima sessão do AWG-LCA.

### Novembro 09

UNFCCC, AWG-LCA e AWG-KP, local a ser determinado: nona sessão do AWG-KP e sétima sessão do AWG-LCA.

### Dezembro 09

COP 15 da UNFCCC em Copenhagen – o marco para um Acordo Climático Global incluindo florestas precisa ser finalizado, dando tempo para a ratificação até 2012.

### Dezembro 12

Kyoto II ratificado e REDD começa a ser financiado como parte do novo acordo da comunidade mundial sobre mudanças climáticas.



Bali 2007 (NU)

Poznan 2008 (NU)

Copenhagen 2009 (NU)

## ONDE DESCOBRIR MAIS

[www.ForestsNow.org](http://www.ForestsNow.org)

Este site enfoca florestas e mudanças climáticas e a contagem regressiva para a importante reunião das Nações Unidas sobre o clima, em Copenhague, em dezembro de 2009. É um recurso disponível para a comunidade global mais ampla que trabalha em prol da proteção das florestas tropicais. Seu principal objetivo é oferecer ferramentas que facilitem a comunicação e a colaboração entre a comunidade.

O coração do site é formado por um calendário político: uma linha do tempo no topo de cada página mostra os principais marcos ao longo da contagem regressiva até Copenhague. Também é possível visualizar informações sobre eventos relevantes em todo o mundo para cada ano, mês e semana. Informações práticas estão disponíveis para cada evento e também é possível compartilhar os seus próprios eventos com a comunidade e convocar os colegas para ações específicas.



© Dhuha Vereigh / www.andonesawald.com

# ANEXOS

## BIBLIOGRAFIA

1. FAO. *Forest Resources Assessment*. Rome: FAO. 2006.
2. BONAN, G. B. Forests and Climate Change: Forcings, Feedbacks, and the Climate Benefits of Forests. *Science*, 2008, vol. 320, no. 5882. pp. 1444.
3. IPCC. *IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007*. Geneva, Switzerland: IPCC. 2007.
4. The World Bank. *Sustaining Forests: A Development Strategy*. , 2004.
5. STERN, N. *Stern Review: The Economics of Climate Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006.
6. SCHOLZ, I. and SCHMIDT, L. *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries: Meeting the Main Challenges Ahead*. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik. 2008.
7. UNFCCC. *Report of the Conference of the Parties on its Thirteenth Session, Held in Bali from 3 to 15 December 2007*. 3 to 15 December 2007, 2008.
8. PESKETT, Leo, et al. *Making REDD Work for the Poor*. ODI. 2008.
9. STERN, Nicholas. *Key Elements of a Global Deal on Climate Change*. London School of Economics and Political Science. 2008.
10. BETTS, R. et al. *Forests and Emissions*. Exeter: Met Office Hadley Centre. 2008.
11. BOUCHER, D. MOVIUS, D. and DAVIDSON, C. *Filling the REDD Basket: Complementary Financing Approaches*. Washington, DC: Union of Concerned Scientists. 2008.
12. da Fonseca, Gustavo A. B., et al. No Forest Left Behind. *PLoS Biology*, vol. 5, no. 8. pp. 1645.
13. UNFCCC. *Glossary of CDM Terms*. EB41. 2008.
14. IPCC. *IPCC Special Report: Land use, Land-use Change, and Forestry*. IPCC. 2000.
15. KAROUSAKIS, K. and COFFEE-MORLOT, J. *Financing Mechanisms to Reduce Emissions from Deforestation: Issues in Design and Implementation*. Paris Cedex 16, France: OECD. Jan 2007.
16. KARSENTY, A., et al. *Summary of the Proceedings of the International Workshop "The International Regime, Avoided Deforestation and the Evolution of Public and Private Policies Towards Forests in Developing Countries"*. International Forestry Review, 2008, vol. 10, no. 3. pp. 424.
17. ONF International. *Reducing emissions from deforestation and forest degradation (REDD) Analysis of 7 outstanding issues for the inclusion of tropical forests in the international climate governance*. 2008.
18. CREED, A. *Analysis of REDD proposals*. 2008

## GLOSSÁRIO

### Adicionalidade

Um programa de atividade (PoA) é adicional se puder ser demonstrado que, na ausência do MDL, (i) a medida voluntária proposta não seria implementada, ou (ii) a política/ regulamentação obrigatória sistematicamente não seria fiscalizada e que, sem estas exigências, o não-cumprimento seria amplamente difundido no país/região, ou (iii) que o PoA levará a um nível maior de fiscalização das políticas/regulamentações obrigatórias existentes. Isto deverá constituir a demonstração da adicionalidade do PoA como um todo<sup>13</sup>.

### Ar Quente

Ar quente muitas vezes se refere às reduções de emissões que não são adicionais<sup>16</sup>.

### Degradação

Ainda não se chegou a um acordo acerca de uma definição para degradação florestal. A degradação florestal é o empobrecimento da cobertura das copas das árvores a um nível acima de 10%; contudo, o IPCC ainda não forneceu uma definição específica que vá além desta declaração geral<sup>15</sup>.

### Desmatamento

O desmatamento, conforme definido pelos Acordos de Marrakesh, é a conversão humanamente induzida de terras florestadas em terras não-florestadas. Uma floresta é definida como uma área mínima de terra de 0,05 – 1 hectare com cobertura de copa de árvores (ou nível de estocagem equivalente) com mais de 10-30% com árvores com potencial para alcançar uma altura mínima de 2-5 metros ao alcançar a maturidade in situ. As definições reais podem variar de país para país, visto que o Protocolo de Kyoto permite aos países especificar a definição precisa dentro destes parâmetros a serem utilizados para a contabilidade nacional de emissões. Por contraste, o desmatamento, conforme definido pela FAO, é a “conversão de floresta em outro uso da terra ou a redução de longo prazo da cobertura de copa de árvores abaixo do patamar mínimo de 10%”<sup>15</sup>.

### Estoque de Carbono

A quantidade absoluta de carbono contida em um sumidouro em um momento específico<sup>14</sup>.

### Florestamento

Florestamento é a conversão direta induzida pelo ser humano de terras que não tenham sido florestadas por um período de pelo menos 50 anos em terras florestadas através de plantio, semeadura e/ou a promoção humanamente induzida de fontes naturais de sementes<sup>13</sup>.

### Fonte

O oposto de reservatório: um pool de carbono (sumidouro) que pode ser uma fonte de carbono para a atmosfera se menos carbono estiver fluindo para dentro dele do que para fora<sup>14</sup>.

### Fungível

Ser de tal natureza que uma parte ou quantidade possa ser substituída por outra parte ou quantidade igual para cumprir uma obrigação. Petróleo, trigo e madeira são commodities fungíveis. Ao longo deste livro nos referimos à fungibilidade de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2e</sub>).

## Permanência

A longevidade de um sumidouro de carbono e a estabilidade de seus estoques, considerando o manejo e o ambiente de distúrbio no qual ele ocorre<sup>14</sup>.

## Sumidouros de Carbono

Um sistema que tem a capacidade de acumular ou liberar carbono. Exemplos de sumidouros de carbono são biomassa florestal, produtos de Madeira, solos e a atmosfera. As unidades são massa (por ex., t C)<sup>14</sup>.

## Reflorestamento

O reflorestamento é a conversão humanamente induzida direta de terras não florestadas em terras florestadas através do plantio, da semeadura ou da promoção humanamente induzida de fontes de sementes naturais sobre terras que eram florestadas mas que haviam sido convertidas em terras não florestadas. Para o primeiro período de comprometimento, as atividades de reflorestamento serão limitadas ao reflorestamento que ocorrer naquelas terras que não continham florestas em 31 de dezembro de 1989<sup>13</sup>.

## Sumidouro

Qualquer processo ou mecanismo que remove um gás de efeito estufa, um aerosol ou um precursor de um gás de efeito estufa da atmosfera. Um dado reservatório pode ser um tanque para o carbono atmosférico se, durante um dado intervalo de tempo, mais carbono estiver fluindo para dentro do que para fora<sup>14</sup>.

## Seqüestro

O processo de aumentar o conteúdo de carbono de um sumidouro de carbono que não a atmosfera<sup>13</sup>.

## Vazamento

O vazamento é definido como a mudança líquida de emissões antropogênicas por parte de fontes de gases de efeito estufa (GEE) que ocorre fora das fronteiras do projeto, e que é mensurável e atribuível à atividade do projeto MDL<sup>13</sup>.

## ACRONYMS

AFOLU	Mudanças em Agricultura, Florestas e outros Usos da Terra
COP	Conferência das Partes
CR	Cenário de Referência
FAD	Fator de Ajuste de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação
FCPF	Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal (Banco Mundial)
FLEGT	Cumprimento da Lei Florestal, Governança e Comércio
GEE	Gases de efeito estufa
GOFC-GOLD	Observação Global da Cobertura Florestal e Dinâmica da Terra
HFLD	Floresta Alta, Baixo Desmatamento Cobertura florestal
IIED	Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IPES	Pagamentos Internacionais por Serviços de Ecossistema
LULUCF	Uso do Solo, Mudança no Uso do Solo e Silvicultura
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MFS	Manejo Florestal Sustentável
MRV	Mensurável, Reportável e Verificável
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
ONG	Organização Não-Governamental
PSE	Pagamentos por Serviços de Ecossistema
POA	Programa de atividade
RCE	Redução Certificada de Emissões
RE	Redução de Emissões
RED	Redução das Emissões por Desmatamento
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Florestal)
RER	Taxa de Referência de Emissão
SBSTA	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
SE	Serviço do Ecossistema
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UQA	Unidade de Quantidade Atribuída
WRI	World Resources Institute

## LEGENDA DOS ÍCONES

### ESCOPO



Desmatamento



Degradação



Promoção



Histórico



Histórico ajustado



Projetado

### DISTRIBUIÇÃO



Mecanismo de redistribuição



Mecanismo adicional



Mercado Direto



Vinculado ao Mercado



Fundo Voluntário



Abordagem de fases

### ESCALA



Sub-nacional



Nacional



Global



O Pequeno Livro Vermelho do REDD será atualizado constantemente online durante os preparativos para a COP 15, em Copenhagen. Para acompanhar os avanços na pesquisa e na evolução da proposta REDD, acesse [www.littleREDDbook.org](http://www.littleREDDbook.org).

